SUPERBAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.599.378/0001-89

NIRE 41.300.091.536

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (quinze) dias do mês de junho de 2021, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Mandaguari, Estado do Paraná, na Estrada São Pedro, nº 685, Gleba Ribeirão Vitória, CEP 86975-000.

PRESENÇA: Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas. Presentes também os diretores da Companhia, Srs. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho, Mozart Fogaça Júnior, Giuliano Pauli e Wilson Ernesto da Silva e o representante dos auditores independentes – Ernst Young. – Sr. Wallace Weberling Pereira, em conformidade com o art. 134, §1º, da Lei nº 6.404/76.

CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação diante da presença da totalidade dos acionistas, conforme art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

PUBLICAÇÕES: O relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019 foram publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 06 de julho de 2020, folha 54, e no Jornal Agora Mandaguari, no dia 04 de julho de 2020, folha 20, enquanto o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 foram publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 03 de maio de 2021, folha 38, e no Jornal Agora Mandaguari, no dia 08 de maio de 2021, folha 38.

MESA: Sr. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho – Presidente. Srta. Claudinéia Barbosa dos Santos – Secretária.

ORDEM DO DIA: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; **(b)** deliberar sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020; e, **(c)** fixar a remuneração dos administradores.

DELIBERAÇÕES: Dispensada a leitura dos documentos referidos no art. 133, da Lei nº 6.404/76, os mesmos foram submetidos pela mesa à discussão e, passada a votação, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições:

(a) aprovar, com abstenção dos legalmente impedidos, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020;

(b) aprovar a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020, conforme proposta da Administração, para absorção de prejuízos acumulados durante os referidos exercícios; e,

(c) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 em até R$ 1.610.805,00 (hum milhão, seiscentos e dez mil, oitocentos e cinco reais) e para o exercício social de 2021 em até R$ 2.815.969,00 (dois milhões, oitocentos e quinze mil, novecentos e sessenta e nove reais).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário conforme art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes.

Mandaguari – PR, 15 de junho de 2021.

Mesa:

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Presidente

Claudinéia Barbosa dos Santos
Secretária

Acionistas:

BIO-GÊNESIS PARTICIPAÇÕES S.A.
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Diretor Presidente

SB PARTICIPAÇÕES S.A.
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Diretor Presidente

SUPERBAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.599.378/0001-89
NIRE 41.300.091.536

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021

Acionista	%	Número de Ações Ordinárias	Assinatura
Superbac Biotechnology Solutions S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José.	**76,52**	**6.949.838**	p. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho Diretor Presidente
Bio-Gênesis Participações S.A. Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, Pavimento 1 – sala B, CEP 06715-865.	**23,48**	**2.132.131**	p. Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho Diretor Presidente
TOTAL	**100**	**9.081.969**	

100 dias de quarentena

Enquanto algumas atividades foram retomadas, outros setores sofrem com a apreensão e sem poder trabalhar. Apesar do cenário de incerteza, economista avalia que o futuro é promissor para o mercado local

Roberto Junior
Jornal Agora

Roberto Junior

Mandaguari completou nesta semana, precisamente na última quarta-feira, 1 de julho, 100 dias de quarentena, ou distanciamento social, uma forma "amenizada" de se referir ao período de pandemia da Covid-19. As primeiras medidas restritivas de atividades e circulação de pessoas entraram em vigor no dia 23 de março, quando teve início um ciclo de 14 dias com o comércio – e muitas outras atividades – de portas fechadas.

Lojistas voltaram a trabalhar de portas abertas, ainda que com horário reduzido. Donos de restaurantes e lanchonetes também puderam voltar, mas com dolorosas adaptações. E há quem ainda não tenha perspectiva de retorno, como promotores de eventos, esportistas e donos de bares.

Entre os empreendedores que viveram na expectativa durante os últimos 100 dias está Saint'Clair Lopes, proprietário da Saint Clair Promoções e Eventos Esportivos. "Nosso último jogo de campeonato foi lá pelo dia 22 de março, se não me engano".

O empresário Saint'Clair Lopes aguarda decreto autorizando a retomada de eventos esportivos, com protocolos sanitários para garantir a segurança de todos os envolvidos

Saint'Clair conta que o futebol amador aguarda a retomada do profissional, e havia grande expectativa de que voltasse a trabalhar ainda em julho. "Os clubes da capital estavam em conversa avançada com o governador, mas como foram anunciadas medidas mais restritivas para Curitiba e outras cidades por pelo menos 14 dias, vamos ter que esperar mais um pouco".

"Até agora estamos nos segurando com o que tinha guardado, mas é como fazer um buraco em um saco de areia. Se você não jogar nada por cima, a areia vai acabar. É o que pode acontecer com a nossa reserva", conclui.

Para o professor e doutorando em ciências econômicas Emerson Pinhati, o cenário é de apreensão, mas o pós-pandemia será promissor

A pandemia refletiu muito no mercado de trabalho nos últimos meses. Em março, início da quarentena, ainda houve contratações, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Em abril e maio, no entanto, as demissões superaram as contratações em Mandaguari.

Perspectiva

Ouvido pela reportagem na última semana, o professor de administração, vice-diretor da Fafiman e doutorando em ciências econômicas Emerson Carlos Pinhati afirma que o momento é de apreensão, mas a perspectiva para o futuro é de um cenário otimista.

"A pandemia expôs um lado frágil da economia brasileira. Ao mesmo tempo em que o básico da gestão é ter um caixa para despesas fixas para alguma emergência, ninguém espera que vá precisar ficar três meses sem trabalhar. Ninguém esperaria uma pandemia", pontua.

"Por outro lado, quem sobreviver pode ter bastante fôlego no cenário pós-pandemia. A economia de Mandaguari, por exemplo, tem se mostrado bastante sólida. A indústria na cidade é plural, e produz desde alimentos até estofados. Enquanto há gente empregada, há gente gastando em setores como o comércio. A injeção do auxílio emergencial de R$ 600 também contribui bastante pra isso", acrescenta.

"Para quem ainda está parado, como quem trabalha com eventos, também há uma boa perspectiva. Casamentos que não estão sendo realizados, produtos que não estão sendo vendidos, tudo isso deve ter uma procura muito grande após a pandemia. São hábitos sociais e de consumo que estão reprimidos, mas não extintos", conclui.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

CNPJ nº 02.599.378/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.728	15.397
Aplicações financeiras	4	52.728	65.130
Contas a receber	5	110.137	150.513
Estoques	7	24.378	31.055
Tributos a recuperar	8	35.604	19.529
Outros ativos		4.460	14.824
Total do ativo circulante		245.035	296.448
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	6	13.325	17.562
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	28.696	25.065
Propriedade para investimento	9	1.063	1.976
Imobilizado	10	145.493	98.202
Intangível	10	6.578	40
Total do ativo não circulante		195.155	142.845
Total do ativo		440.190	439.293

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	11	42.255	42.561
Cessão de fornecedores		–	10.046
Empréstimos e financiamentos	12	165.811	185.074
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.518	3.281
Obrigações tributárias	13	1.601	2.078
Adiantamento de clientes		7.507	12.159
Provisão para comissões a pagar		219	5.981
Dividendos a pagar		–	1.497
Outras contas a pagar		2.083	9.409
Total do passivo circulante		222.994	272.086
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	95.847	28.789
Partes relacionadas	6	63.293	65.167
Provisão de contingências	14	1.576	–
Total do passivo não circulante		160.716	93.956
Patrimônio líquido	15		
Capital social		70.000	70.000
Reserva de lucros		10.088	10.088
Prejuízos acumulados		(23.608)	(6.837)
Total do patrimônio líquido		56.480	73.251
Total do passivo e do patrimônio líquido		440.190	439.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reserva especial para dividendos não distribuídos	Reserva para retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	70.000	2.464	5.547	2.077	25.791	25.791	105.879
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(32.628)	(32.628)
Absorção de prejuízos com reservas	–	–	–	–	(25.791)	25.791	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	70.000	2.464	5.547	2.077	–	(6.837)	73.251
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(16.771)	(16.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	70.000	2.464	5.547	2.077	–	(23.608)	56.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional, líquida	16	280.042	344.682
Custo dos produtos vendidos	17	(205.212)	(258.185)
Lucro bruto		74.830	86.497
Despesas operacionais			
Com vendas	17	(38.277)	(66.947)
Gerais e administrativas	17	(32.414)	(46.094)
Outras (despesas) receitas	17	680	664
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		4.819	(25.880)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	6.863	13.518
Despesas financeiras	18	(34.664)	(38.168)
Variação cambial líquida		(3.602)	71
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(26.584)	(50.459)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes e diferidos	19	9.813	18.191
Prejuízo do exercício		(16.771)	(32.628)
Prejuízo por ação - (básico e diluído) em R$	21	(1,85)	(3,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(16.771)	(32.628)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	(16.771)	(32.628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do imposto de renda e da contribuição social	(26.584)	(50.459)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	3.775	3.696
Baixa de ativos imobilizados e intangível	8.860	12.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.530	58.134
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.576	–
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.886)	(3.009)
Ajuste a valor presente	6.078	5.116
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos e mútuos	24.308	23.710
Outros	(1.461)	7.547
	30.196	56.829
(Aumento) redução de ativos:		
Contas a receber de clientes	17.768	(35.135)
Contas a receber de partes relacionadas	4.237	336
Estoques	6.677	(694)
Tributos a recuperar	(24.436)	(11.210)
Outros ativos	21.217	(14.375)
Aumento (redução) de passivos:		
Fornecedores	(10.352)	22.749
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	237	(1.920)
Obrigações tributárias	4.126	(647)
Adiantamentos de clientes	(4.652)	3.027
Contas a pagar a partes relacionadas	(1.874)	8.376
Provisão para comissões a pagar	(5.762)	(5.651)
Outras contas a pagar	(8.901)	8.289
Caixa gerado pelas operações	28.481	29.974
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(13.018)
Juros sobre financiamentos pagos	(40.513)	(19.423)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.032)	(2.467)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados	(66.464)	(48.316)
Aplicações financeiras	15.288	(30.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(51.176)	(78.550)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Transação com partes relacionadas, líquido	–	26.240
Captação de empréstimos e financiamentos	199.984	195.702
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(132.948)	(127.466)
Baixa de dividendos	(1.497)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	65.539	94.476
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.331	13.459
Variação em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.397	1.938
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.728	15.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia") fundada no dia 15 de junho de 1998 é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. Em 2019 a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. com a finalidade de consolidação da marca **Superrbac.** A Companhia é controlada pela Superbac Biotechnology Solutions S.A.. A Companhia opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta. A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego de tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalizador de nutrição para o solo. Em 2018, a Companhia concluiu o investimento no CPBAC, laboratório com equipamentos de última geração, e reestruturou todo o seu time de pesquisa e desenvolvimento para manter o compromisso de desenvolver e trabalhar com as mais modernas tecnologias e potencializá-las para suprir a necessidade das lavouras e de seus clientes. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 18 de junho de 2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. **2.2 Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração do Fluxo de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **2.4 Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.6 Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.7 Estoques:** Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados e material para embalagem. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais. **2.8 Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Depreciação: As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.9 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.10 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment"):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data. **2.11 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa e ajuste anual. A tributação na forma de lucro real anual compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Uma vez que, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, o saldo referente a imposto de renda diferido ativo não está sendo reconhecido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.13 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e/ou outras deduções similares. **2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.16 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. **2.17 Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de

continua→

avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externos, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas no última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. Em caráter interino, a Administração apresenta os resultados de avaliação ao Conselho e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.18 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:** - CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A Companhia não possuía contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que não foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de Janeiro de 2019 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2). Também, durante o exercício de 2019 não foram firmados contratos de arrendamentos que seguiriam as diretrizes do CPC06 (R2) - "Arrendamentos" o que determinaria o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que incluiria o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Portanto a administração conclui que a adoção do CPC 06(R2) não gera impactos em suas demonstrações financeiras. • ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia avaliou a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **2.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IFRS 3	Definição do negócios
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de material
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incertezas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. b) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	–	1
Banco conta movimento	17.728	15.396
Total	17.728	15.397

4. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração entre 65% e 101% em 2019 (95% e 105% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo, e com possibilidade de resgate imediato.

	2019	2018
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	10.403	8.039
Fundos de investimento (b)	8.657	50.956
Compromissada (c)	33.668	5.999
Outros	–	136
Total	52.728	65.130

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de depósito bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2019 tiveram variações entre 99% a 101% (95% a 105% em 2018). (b) Aplicação em fundos de investimentos realizados em bancos de primeira linha, com baixo grau de risco com uma remuneração anual entre 91% a 100% CDI e liquidez imediata. (c) Aplicação realizada em banco de primeira linha na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual entre 65% a 80% CDI e liquidez imediata.

5. Contas a receber: a) Composição

	2019	2018
Clientes nacionais	190.879	210.991
Clientes exterior	–	2.772
Ajuste a valor presente	(6.078)	(5.116)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(74.664)	(58.134)
Total	110.137	150.513

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	2019	2018
A vencer	114.296	138.257
Vencidos:		
Até 30 dias	455	3.702
De 31 a 90 dias	621	7.526
De 91 a 180 dias	387	51.279
De 181 a 360 dias	17.443	5.224
Acima de 360 dias	57.682	2.775
Total	190.879	213.763

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(7.272)
Constituição	(50.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.134)
Constituição	(16.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(74.664)

6. Transações com partes relacionadas: Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Créditos com partes relacionadas:	2019	2018
Bio Genesis Participações S.A.	13.325	–
Rio Aquaray SRL	–	16.243
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (e)	–	1.319
Total	13.325	17.562
Contas a pagar a partes relacionadas:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A (d)	24.551	15.618
Superbac Biotechnology Solutions S.A (b)	21.860	26.240
Superbac Biotechnology Solutions S.A (c)	16.882	23.309
Total	63.293	65.167
Dividendos a pagar:		
Bio Genesis Participações S.A.	–	1.497
Total	–	1.497
Vendas brutas de produtos		
Rio Aquaray SRL	2.982	20.063
MBR Shopping	966	1.314
Total	3.948	21.377
Compras de matéria prima		
Superbac Biotechnology Solutions S.A	9.505	18.472
Despesas financeiras - contratação de carta de fiança:		
S8 Participações e acionistas - pessoa físicas (e)	364	75

(a) Em 2015, a S8 Participações contraiu um empréstimo junto a Companhia no montante de R$14.479. Em 1 de maio de 2015, a Superbac incorporou a dívida da S8 Participações e, consequentemente, assumiu todas as obrigações. Este saldo será compensado com dividendos futuros. (b) Refere-se a contrato mútuo adquirido em novembro 2019, no montante principal de R$21,6 milhões, atualizado pela taxa de 5,4% + variação da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023. (c) Rateio de despesas realizado entre as companhias do grupo, principalmente relacionado a serviços de pesquisa e desenvolvimento. (d) Refere-se a compra de matéria-prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. (e) A Companhia contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R$364 em 2018 (R$75 em 2018), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é 4% sobre o montante total das captações efetuadas. Remuneração da administração: Durante os exercícios de 2018 e 2019, não houve pagamentos de remuneração aos membros da diretoria.

7. Estoques

	2019	2018
Matéria-prima	11.608	17.282
Produtos em processo	920	2.279
Embalagens	1.348	1.407
Produto acabado	2.801	37
Material de consumo	2.444	1.170
Adiantamentos a fornecedores	5.257	8.880
	24.378	31.055

8. Tributos a recuperar

	2019	2018
PIS e COFINS (a)	21.173	7.478
IRPJ e CSLL	12.923	11.305
ICMS (b)	621	651
IRRF sobre aplicação financeira	887	95
Total	35.604	19.529

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transporte e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2019 e oriundo das aquisições de materias-primas e insumos, os quais não foram compensados em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional.

9. Propriedade para investimento

	2019	2018
Outros	40	866
Imóveis destinados à venda	1.023	1.110
Total	1.063	1.976

Movimentação do ativo mantido para revenda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2018	1.976
Adições	–
Baixa	(913)
Saldo em 31.12.2019	1.063

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas, estando estes contabilizados pelo custo de aquisição. A Administração está evidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por "impairment" a serem reconhecidas no exercício.

10. Imobilizado e intangível

	2018						2019
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Depreciação	Líquido
Terrenos	–	3.051	1.750	–	–	–	4.801
Edifícios	4%	4.581	–	56.919	–	(185)	61.315
Máquinas e equipamentos	12%	19.294	15.618	5.333	(50)	(2.828)	37.367
Veículos	20%	1.337	505	–	(127)	(270)	1.445
Móveis e utensílios	12%	687	160	–	(13)	(89)	745
Instalações	10%	1.003	80	–	–	(107)	976
Ferramentas	15%	59	–	–	(2)	(8)	49
Equipamentos de informática	30%	814	319	–	(4)	(288)	841
Softwares	32%	–	37	–	–	–	37
Imobilizado em andamento	–	67.376	28.597	(62.252)	–	–	33.721
Adiantamento a fornecedores	–	–	6.148	–	(6.148)	–	–
Máquinas e Equipamentos arrendados	–	–	4.196	–	–	–	4.196
Inova agro	–	–	1.336	–	(1.336)	–	–
Intangível - desenvolvimento de produtos)	–	40	7.718	–	(1.180)	–	6.578
Saldo final		98.262	66.464	–	(8.860)	(3.775)	152.071
Imobilizado							**145.493**
Intangível							**6.578**
Saldo em 31 de dezembro de 2017							65.716
Aquisições							48.316
Baixa							(12.094)
Depreciação e amortização							(3.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2018							98.242
Aquisições							66.464
Baixa							(8.860)
Depreciação e amortização							(3.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2019							152.071

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experiemental. **11. Fornecedores:** O saldo de R$ 42.255 (R$ 42.561 em 2018) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde em media 77 dias de prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2019.

	2019	2018
Fornecedores nacionais	31.911	32.818
Fornecedores estrangeiros	10.344	9.743
Total	42.255	42.561

12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de Juros anual	Moeda	2019	2018
Debênture (a)	8,37%	R$	78.751	129.279
Capital de giro (b)	7,65% a 15,11%	R$	140.824	48.727
Finame (c)	5,50% a 22,85%	R$	1.781	2.672
BNDES (d)	14,98% a 15,16%	R$	14.223	15.582
Leasing	7,00% a 7,72%	R$	4.442	161
Empréstimos Internacionais (e)	2,71% a 8,95%	R$	24.714	17.205
Outros		R$	(3.077)	237
			261.658	213.863
Circulante			165.811	185.074
Não circulante			95.847	28.789
			261.658	213.863

(a) Debêntures: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade debênture têm encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em serie única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R$ 100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Debêntures	21.751	21.500	21.500	14.000	–	78.751

(b) Capital de giro: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio. A Companhia possui CCE (Cédula de Crédito à Exportação) no valor de R$ 13.117 e CDC (Credito direto ao consumidor-Veículos) no valor de R$91 CCB (Cedula de credito bancário) no valor de R$112.499. Sendo condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Total
Capital de Giro	116.736	20.532	3.477	80	140.824

(c) FINAME: Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas pre-fixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Total
FINAME	1.176	321	283	–	1.781

(d) Projeto Inova Agro - BNDES: Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
BNDES	3.088	2.529	2.791	2.791	2.791	232	14.223

(e) Empréstimos e Financiamentos Internacionais: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas modalidades de FINIMP e 4131, no valor de R$ 24.714, têm por objetivo o financiamento de operações de compra de matéria-prima de fornecedores internacionais e demais necessidades de capital de giro. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	Total
Empréstimos e Financiamentos internacionais	24.714	24.714

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	141.343
Captações	195.702
Juros incorridos	23.710
Amortização principal	(127.469)
Pagamento de juros	(19.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	213.863
Captações	199.984
Juros incorridos	24.308
Amortização principal	(132.948)
Pagamento de juros	(40.153)
Outros	(3.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	261.658

Garantias: As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis no montante de R$ 97.784 (R$45.716 em 2018). Cláusulas contratuais restritivas - ("covenants"): Em 31 de dezembro de 2019, o contrato de financiamento classificado como debenture (item (a)) estava sujeito a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras. A Companhia obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas clausulas de restrição financeira ("covenants") da segunda emissão, conforme descritos acima, que foi concedido através de ata registrada em 29 de novembro de 2019.

13. Obrigações tributárias

	2019	2018
IRPJ e CSLL	–	178
ICMS	413	615
IRRF	14	28
ISS	1.050	1.050
Outros	124	207
Total	1.601	2.078

14. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituí saldo de provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas, no montante total de R$ 1.576. Essa constituição é composta de R$350 referente a causas cíveis e R$ 1.225 referente a causas trabalhistas. As ações trabalhistas classificadas como perda possível pelos assessores legais representam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 0 (R$3.950 em 2018), dentre as principais causas, causas de natureza trabalhistas, onde os reclamantes pleiteiam verbas adicionais, horas extras e demais encargos. A Companhia é parte passiva de nove causas cíveis com risco de perda possível que alcança R$ 23.289, cuja principais causas são as seguintes: i. Embargo de terceiros requerendo a suspensão parcial dos efeitos da ordem de arresto de sacas de soja, risco de perda possível calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 16.200. ii. Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 3.843. iii. Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R$ 3.246, classificados como risco possível de perda em 31.12.2019. **15. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R$70.000 (R$70.000 em 2018) e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuidas:

Acionistas	2019 Ações	2019 %	2018 Ações	2018 %
Superbac Proteção Ambiental S.A.	6.949.838	76,52%	6.949.838	76,52%
Bio Gênesis Participações S.A.	2.132.131	23,48%	2.132.131	23,48%
Total	9.081.969	100%	9.081.969	100%

b) Reserva legal: Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. c) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei da Sociedade por Ações. Em função da ausência de lucro em 2019 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

16. Receita operacional líquida

	2019	2018
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	301.404	352.472
Vendas brutas de produtos no exterior	2.982	22.895
Prestação de serviços	–	28
Ajuste a valor presente	(6.078)	(15.640)
Impostos incidentes sobre vendas	(11.571)	(13.191)
Devoluções	(6.695)	(1.882)
Total	280.042	344.682

17. Demonstração dos custos e das despesas por natureza incluídos no resultado do exercício

	2019	2018
Mercadorias	(158.434)	(222.569)
Despesa com pessoal	(32.894)	(27.133)
Despesa com comissão	(1.765)	(12.661)
Despesa com veículos	(720)	(1.024)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.530)	(44.345)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(1.576)	–
Despesa com fretes	(13.349)	(8.082)
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	(8.865)	(4.408)
Despesa com manutenção	(8.734)	(9.946)
Depreciação e amortização	(3.775)	(3.696)
Despesa com serviços de terceiros	(33.141)	(16.344)
Outros	4.540	(20.354)
Total	(275.223)	(370.562)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(205.212)	(258.185)
Despesas com vendas	(38.277)	(66.947)
Despesas gerais e administrativas	(32.416)	(46.094)
Outras despesas, líquidas	680	664
Total	(275.223)	(370.562)

18. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras: Rendimentos de aplicação financeira	2.886	3.009
Juros recebidos	2.372	841
Ajuste a valor presente	–	9.123
Descontos obtidos	335	–
Derivativos (ganho)	1.270	545
Total	6.863	13.518
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.308)	(23.710)
Juros passivos	(2.959)	(6.545)
Remuneração com fiadores	(364)	(75)
Despesas bancárias	(2.545)	(3.878)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.243)	(1.524)
Descontos concedidos	(1.910)	(955)
Derivativos	(598)	(785)
Outras despesas financeiras	(737)	(696)
Total	(34.664)	(38.168)
Variação cambial: Ativa	4.006	4.229
Passiva	(7.608)	(4.158)
Variação cambial, líquida	(3.602)	71

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Diferidos: As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2019	2018
Ativo:		
Ajuste a valor presente	6.078	5.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	74.664	58.134
Total	80.742	63.511
Passivo:		
Provisão para comissões a pagar	–	5.816
Provisão para gratificações	–	4.394
Provisões contábeis	2.083	–
Provisão de contingências	1.576	–
Total	3.659	10.210
Base líquida dos impostos	84.401	73.721
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	28.696	25.065

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2019 e 2018. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e de contribuição social	(26.584)	(50.459)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9.040	17.156
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Outras diferenças permanentes devedoras	(842)	(368)
Outras diferenças permanentes credoras	1.615	1.043
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9.813	17.831
Correntes	6.187	2.407
Diferidos	3.631	20.233

20. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	2019 Valor contábil	2019 Valor justo	2018 Valor contábil	2018 Valor justo	Classificação categoria
Empréstimos e recebíveis:					
Caixa e equivalentes de caixa	17.728	17.728	15.397	15.397	Custo amortizado
Aplicações financeiras	52.728	52.728	65.130	65.130	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	110.137	110.137	150.513	150.513	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	13.325	13.325	17.562	17.562	Custo amortizado
Total	**193.918**	**193.918**	**248.602**	**248.602**	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	42.255	42.255	42.561	42.561	Custo amortizado
Cessão de fornecedores	–	–	10.046	10.046	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	63.293	63.293	65.167	65.167	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	261.658	261.658	213.863	213.863	Custo amortizado
Outras contas a pagar	2.083	2.083	9.409	9.409	Custo amortizado
Total	**369.289**	**369.289**	**341.046**	**341.046**	

Risco de crédito: A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos. Quanto ao risco do crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a

continua

Giro

AGORA FM 91.3 MHz

Com mais de 20 anos de tradição, a Gráfica Nacional garante qualidade e dá vida às suas ideias, com confecções de diversos tipos de embalagens, sacolas, etiquetas, pastas, rótulos, livros, agenda, carimbos, papel timbrado, convites de casamento, folders, envelopes, calendários, adesivos e muito mais. A Gráfica Nacional está localizada na Rua Romário Martins, 421, Centro. Fone: (44) 3233-3559

A Ótica Visual é o endereço da Boa Visão em Mandaguari. Tem uma equipe especializada para atender todos os clientes e um moderno laboratório onde são feitos os óculos de grau com qualidade e precisão. Ótica Visual fica na Avenida Amazonas, 890. Fone: (44) 3233-9475.

O Auto Center Bottura Pneus é o lugar certo para a manutenção do seu veículo. Alinhamento e balanceamento, amortecedores, escapamentos, rabichos para carros e motos, troca de óleo e toda a linha de pneus. Tudo isso e muito mais você encontra no Auto Center Bottura Pneus, na Rua João Ernesto Ferreira. Fone: (44) 3233-2889.

As 5 mais tocadas

1 - Um Milhão de Flores - Diego & Arnaldo
2 - ASAS - Luan Santana
3 – Restrito – Dilsinho
4 – Tantão assim - Day & Lara
5 – Se Entregue pro Amor - Marcos & Belutti

Acompanhe o "Show da Manhã", da Agora FM (91,3), das 6h às 9h, de segunda a sábado. Fique bem informado e concorra a muitos prêmios. Pela internet, ouça pelo Portal Agora.com.

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado) **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.**

capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco da taxa de juros:

Instrumento de taxa variável	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa - nota explicativa nº6	17.728	15.397
Aplicação financeira - nota explicativa nº7	52.728	65.130
Empréstimos	(261.658)	(48.727)
Total	(191.202)	31.800

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas prefixadas. Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US$) é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Fornecedores estrangeiros	10.343	9.743
Empréstimos e financiamentos	24.714	17.205
Exposição líquida	35.057	26.948

Análise de sensibilidade: A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexados à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R$ 70.456 e passivos financeiros no montante de R$ 140.824.

Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Operação	2019	Cenário I Alta 50%	Cenário II Alta 25%
Aplicações Financeiras	52.728	1.111	556

Análise dos passivos financeiros:

Indexador	2019	Cenário I 50%	Cenário II 25%
Pré/Selic/CDI	238.968	5.057	2.528
TJLP	62	2	1
Dólar	24.714	12.357	6.179
Total	263.744	17.415	8.708

Operações com instrumentos financeiros derivativos: As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição a moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

Operação	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM
SWAP	BRL	USD	Banco Bradesco	3.700	(115)
Total				3.700	(115)

21. Lucro líquido por ação (básico e diluído)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(16.771)	(32.628)
Quantidade de ações	9.081.969	9.081.969
Prejuízo por ação (básico e diluído) - R$	(1,85)	(3,59)

22. Compromissos: A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores e instituições financeiras para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

23. Seguros: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura era no montante de R$85.000 (R$52.253 em 2018) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura era no montante de R$ 20.000 (R$20.000 em 2018). **24. Eventos subsequentes:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das companhias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foi observado mudança relevantes no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantem os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

Diretoria

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Giuliano Pauli
Bernardo Zaramella Olsina
Mozart Soares Fogaça Júnior

Contador

Felipe Alves Teixeira - CRC SP-300919/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.** - Mandaguari - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Reconhecimento das receitas de vendas:* Conforme divulgado na nota 2.13, a Companhia reconhece as suas receitas de vendas, quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando ocorre a transferência do controle de um produto para um cliente. As receitas de vendas representam valores significativos e, em decorrência da logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos clientes da Companhia conforme definido pelo o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). Em função deste motivo, consideramos o reconhecimento das receitas de vendas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros, a realização de testes sobre transações de vendas realizadas no final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação correta da política contábil de reconhecimento das receitas de vendas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de vendas, mencionado acima, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de abril de 2019, com uma opinião com ressalva decorrente da ausência de evidências para determinar eventuais contingências fiscais e previdenciárias. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 18 de junho de 2020. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** CRC-2SP034519/O-6; **Lazaro Angelim Serruya** - Contador - CRC - 1DF 015801/O-7.

54 | 2ª feira | 06/Jul/2020 - Edição nº 10719

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

CNPJ nº 02.599.378/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.728	15.397
Aplicações financeiras	4	52.728	65.130
Contas a receber	5	110.137	150.513
Estoques	7	24.378	31.055
Tributos a recuperar	8	35.604	19.529
Outros ativos		4.460	14.824
Total do ativo circulante		245.035	296.448
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	6	13.325	17.562
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	28.696	25.065
Propriedade para investimento	9	1.063	1.976
Imobilizado	10	145.493	98.202
Intangível	10	6.578	40
Total do ativo não circulante		195.155	142.845
Total do ativo		440.190	439.293

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	11	42.255	42.561
Cessão de fornecedores		–	10.046
Empréstimos e financiamentos	12	165.811	185.074
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.518	3.281
Obrigações tributárias	13	1.601	2.078
Adiantamento de clientes		7.507	12.159
Provisão para comissões a pagar		219	5.981
Dividendos a pagar		–	1.497
Outras contas a pagar		2.083	9.409
Total do passivo circulante		222.994	272.086
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	95.847	28.789
Partes relacionadas	6	63.293	65.167
Provisão de contingências	14	1.576	–
Total do passivo não circulante		160.716	93.956
Patrimônio líquido	15		
Capital social		70.000	70.000
Reserva de lucros		10.088	10.088
Prejuízos acumulados		(23.608)	(6.837)
Total do patrimônio líquido		56.480	73.251
Total do passivo e do patrimônio líquido		440.190	439.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reserva especial para dividendos não distribuídos	Reserva para retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	70.000	2.464	5.547	2.077	25.791	25.791	105.879
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(32.628)	(32.628)
Absorção de prejuízos com reservas	–	–	–	–	(25.791)	25.791	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	70.000	2.464	5.547	2.077	–	(6.837)	73.251
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(16.771)	(16.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	70.000	2.464	5.547	2.077	–	(23.608)	56.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional, líquida	16	280.042	344.682
Custo dos produtos vendidos	17	(205.212)	(258.185)
Lucro bruto		74.830	86.497
Despesas operacionais			
Com vendas	17	(38.277)	(66.947)
Gerais e administrativas	17	(32.414)	(46.094)
Outras (despesas) receitas	17	680	664
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		4.819	(25.880)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	6.863	13.518
Despesas financeiras	18	(34.664)	(38.168)
Variação cambial líquida		(3.602)	71
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(26.584)	(50.459)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes e diferidos	19	9.813	18.191
Prejuízo do exercício		(16.771)	(32.628)
Prejuízo por ação - (básico e diluído) em R$	21	(1,85)	(3,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(16.771)	(32.628)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	(16.771)	(32.628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do imposto de renda e da contribuição social	(26.584)	(50.459)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	3.775	3.696
Baixa de ativos imobilizados e intangível	8.860	12.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.530	58.134
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.576	–
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.886)	(3.009)
Ajuste a valor presente	6.078	5.116
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos e mútuos	24.308	23.710
Outros	(1.461)	7.547
	30.196	56.829
(Aumento) redução de ativos:		
Contas a receber de clientes	17.768	(35.135)
Contas a receber de partes relacionadas	4.237	336
Estoques	6.677	(694)
Tributos a recuperar	(24.436)	(11.210)
Outros ativos	21.217	(14.375)
Aumento (redução) de passivos:		
Fornecedores	(10.352)	22.749
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	237	(1.920)
Obrigações tributárias	4.126	(647)
Adiantamentos de clientes	(4.652)	3.027
Contas a pagar a partes relacionadas	(1.874)	8.376
Provisão para comissões a pagar	(5.762)	(5.651)
Outras contas a pagar	(8.901)	8.289
Caixa gerado pelas operações	28.481	29.974
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(13.018)
Juros sobre financiamentos pagos	(40.513)	(19.423)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.032)	(2.467)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados	(66.464)	(48.316)
Aplicações financeiras	15.288	(30.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(51.176)	(78.550)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Transação com partes relacionadas, líquido	–	26.240
Captação de empréstimos e financiamentos	199.984	195.702
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(132.948)	(127.466)
Baixa de dividendos	(1.497)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	65.539	94.476
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.331	13.459
Variação em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.397	1.938
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.728	15.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia") fundada no dia 15 de junho de 1998 é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. Em 2019 a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. com a finalidade de consolidação da marca **Superrbac.** A Companhia é controlada pela Superbac Biotechnology Solutions S.A.. A Companhia opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta. A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego de tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalizador de nutrição para o solo. Em 2018, a Companhia concluiu o investimento no CPBAC, laboratório com equipamentos de última geração, e reestruturou todo o seu time de pesquisa e desenvolvimento para manter o compromisso de desenvolver e trabalhar com as mais modernas tecnologias e potencializá-las para suprir a necessidade das lavouras e de seus clientes. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 18 de junho de 2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. **2.2 Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração do Fluxo de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **2.4 Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.6 Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.7 Estoques:** Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados e material para embalagem. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais. **2.8 Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Depreciação: As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.9 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.10 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment"):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data. **2.11 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa e ajuste anual. A tributação na forma de lucro real anual compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Uma vez que, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, o saldo referente a imposto de renda diferido ativo não está sendo reconhecido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.13 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

2ª feira | 06/Jul/2020 - Edição nº 10719 | 55

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado) **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.**

comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e/ou outras deduções similares. **2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.16 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. **2.17 Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externos, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. Em caráter interino, a Administração apresenta os resultados da avaliação ao Conselho e aos auditores independentes do Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.18 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:** • CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A Companhia não possuia contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que não foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de Janeiro de 2019 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2). Também, durante o exercício de 2019 não foram firmados contratos de arrendamentos que seguiriam as diretrizes do CPC06 (R2) - "Arrendamentos", o que determinaria o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que incluíria o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Portanto a administração concluiu que a adoção do CPC 06(R2) não gera impactos em suas demonstrações financeiras. • ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia avaliou a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **2.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IFRS 3	Definição de negócios
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de material
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. b) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	–	1
Banco conta movimento	17.728	15.396
Total	17.728	15.397

4. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração entre 65% e 101% em 2019 (95% e 105% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo, e com possibilidade de resgate imediato.

	2019	2018
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	10.403	8.039
Fundos de investimento (b)	8.657	50.956
Compromissada (c)	33.668	5.999
Outros	–	136
Total	52.728	65.130

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de deposito bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2019 tiveram variações entre 99% a 101% (95% a 105% em 2018). (b) Aplicação em fundos de investimentos realizados em bancos de primeira linha, com baixo grau de risco com uma remuneração anual entre 91% a 100% CDI e liquidez imediata. (c) Aplicação realizada em banco de primeira linha na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual entre 65% a 80% CDI e liquidez imediata.

5. Contas a receber: a) Composição

	2019	2018
Clientes nacionais	190.879	210.991
Clientes exterior	–	2.772
Ajuste a valor presente	(6.078)	(5.116)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(74.664)	(58.134)
Total	110.137	150.513

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	2019	2018
A vencer	114.296	138.257
Vencidos:		
Até 30 dias	455	3.702
De 31 a 90 dias	621	7.526
De 91 a 180 dias	382	51.279
De 181 a 360 dias	17.443	5.224
Acima de 360 dias	57.682	7.775
Total	190.879	213.763

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(7.272)
Constituição	(50.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.134)
Constituição	(16.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(74.664)

6. Transações com partes relacionadas: Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Créditos com partes relacionadas:	2019	2018
Bio Genesis Participações S.A.	13.325	–
Rio Aguaray SRL	–	16.243
Superbac Biotecnology Solutions S.A. (a)	–	1.319
Total	13.325	17.562
Contas a pagar a partes relacionadas:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A.(d)	24.551	15.618
Superbac Biotechnology Solutions S.A (b)	21.860	26.240
Superbac Biotechnology Solutions S.A (c)	16.882	23.309
Total	63.293	65.167
Dividendos a pagar:		
Bio Genesis Participações S.A.	–	1.497
Total	–	1.497
Vendas brutas de produtos		
Rio Aguaray SRL	2.982	20.063
MBR Shopping	966	1.314
Total	3.948	21.377
Compras de matéria prima		
Superbac Biotechnology Solutions S.A	9.505	18.472
Despesas financeiras - contratação de carta de fiança:		
SB Participações e acionistas - pessoa físicas (e)	364	75

(a) Em 2015, a SB Participações contraiu um empréstimo junto a Companhia no montante de R$14.479. Em 1 de maio de 2015, a Superbac incorporou a dívida da SB Participações e, consequentemente, assumiu todas as obrigações. Este saldo será compensado com dividendos futuros. (b) Refere-se a contrato mútuo adquirido em novembro 2019, no montante principal de R$21,6 milhões, atualizado pela taxa de 5,4% + variação da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023. (c) Rateio de despesas realizado entre as companhias do grupo, principalmente relacionado a serviços de pesquisa e desenvolvimento. (d) Refere-se a compra de matéria-prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. (e) A Companhia contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R$364 em 2018 (R$75 em 2018), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é 4% sobre o montante total das captações efetuadas. Remuneração da administração: Durante os exercícios de 2018 e 2019, não houve pagamentos de remuneração aos membros da diretoria.

7. Estoques

	2019	2018
Matéria-prima	11.608	17.282
Produtos em processo	920	2.279
Embalagens	1.348	1.407
Produto acabado	2.801	37
Material de consumo	2.444	1.170
Adiantamentos a fornecedores	5.257	8.880
	24.378	31.055

8. Tributos a recuperar

	2019	2018
PIS e COFINS (a)	21.173	7.478
IRPJ e CSLL	12.923	11.305
ICMS (b)	621	651
IRRF sobre aplicação financeira	887	95
Total	35.604	19.529

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é oriundo das aquisições de matérias-primas e insumos, os quais não foram compensados em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional.

9. Propriedade para investimento

	2019	2018
Outros	40	866
Imóveis destinados à venda	1.023	1.110
Total	1.063	1.976

Movimentação do ativo mantido para revenda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2018	1.976
Adições	–
Baixa	(913)
Saldo em 31.12.2019	1.063

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas, estando estes contabilizados pelo custo de aquisição. A Administração está evidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por "impairment" a serem reconhecidas no exercício.

10. Imobilizado e intangível

	Taxas anuais	2018 Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Depreciação	2019 Líquido
Terrenos	–	3.051	1.750	–	–		4.801
Edifícios	4%	4.581	–	56.919	–	(185)	61.315
Máquinas e equipamentos	12%	19.294	15.618	5.333	(50)	(2.828)	37.367
Veículos	20%	1.337	505	–	(127)	(270)	1.445
Móveis e utensílios	12%	687	160	–	(13)	(89)	745
Instalações	10%	1.003	80	–	–	(107)	976
Ferramentas	15%	59	–	–	(2)	(8)	49
Equipamentos de informática	30%	814	319	–	(4)	(288)	841
Softwares	32%	–	37	–	–	–	37
Imobilizado em andamento		– 67.376	28.597	(62.252)		–	33.721
Adiantamento a fornecedores		– –	6.148	– (6.148)		–	–
Máquinas e Equipamentos arrendados		– –	4.196	–	–	–	4.196
Inova agro		– –	1.336	– (1.336)		–	–
Intangível - desenvolvimento de produtos)		– 40	7.718	– (1.180)		–	6.578
Saldo final		98.242	66.464	– (8.860)		(3.775)	152.071
Imobilizado							**145.493**
Intangível							**6.578**

Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.716
Aquisições	48.316
Baixa	(12.094)
Depreciação e amortização	(3.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	98.242
Aquisições	66.464
Baixa	(8.860)
Depreciação e amortização	(3.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	152.071

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experiemental. **11. Fornecedores:** O saldo de R$ 42.255 (R$ 42.561 em 2018) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde em média 77 dias de prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2019.

	2019	2018
Fornecedores nacionais	31.911	32.818
Fornecedores estrangeiros	10.344	9.743
Total	42.255	42.561

12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de Juros anual	Moeda	2019	2018
Debênture (a)	8,37%	R$	78.751	129.279
Capital de giro (b)	7,65% a 15,11%	R$	140.824	48.727
Finame (c)	5,50% a 22,85%	R$	1.781	2.672
BNDES (d)	14,98% a 15,16%	R$	14.223	15.582
Leasing	7,00% a 7,72% %	R$	4.442	161
Empréstimos Internacionais (e)	2,71% a 8,95%	R$	24.714	17.205
Outros		R$	(3.077)	237
			261.658	213.863
Circulante			165.811	185.074
Não circulante			95.847	28.789
			261.658	213.863

(a) Debênture: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade debênture têm encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R$ 100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Debêntures	21.751	21.500	21.500	14.000	–	78.751

(b) Capital de giro: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio. A Companhia possui CCE (Cédula de Crédito à Exportação) no valor de R$ 13.117 e CDC (Crédito direto ao consumidor-Veículos) no valor de R$991 CCB (Cédula de crédito bancário) no valor de R$112.499. Sendo condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Capital de Giro	116.736	20.532	3.477	80	–	140.824

(c) FINAME: Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas pré-fixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos.
O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Total
FINAME	1.176	321	283	–	1.781

(d) Projeto Inova Agro - BNDES: Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos.
O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
BNDES	3.088	2.529	2.791	2.791	2.791	232	14.223

(e) Empréstimos e Financiamentos Internacionais: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas modalidades de FINIMP e 4131, no valor de R$ 24.714, têm por objetivo o financiamento de operações de compra de matéria-prima de fornecedores internacionais e demais necessidades de capital de giro. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2020	Total
Empréstimos e Financiamentos internacionais	24.714	24.714

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	141.343
Captações	195.702
Juros incorridos	23.710
Amortização principal	(127.469)
Pagamento de juros	(19.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	213.863
Captações	199.984
Juros incorridos	24.308
Amortização principal	(132.948)
Pagamento de juros	(40.153)
Outros	(3.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	261.658

Garantias: As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis no montante de R$ 97.784 (R$45.716 em 2018). Cláusulas contratuais restritivas - ("covenants"): Em 31 de dezembro de 2019, o contrato de financiamento classificado como debenture (item (a)) estava sujeito a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras. A Companhia obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da segunda emissão, conforme descritos acima, que foi concedido através de ata registrada em 29 de novembro de 2019.

13. Obrigações tributárias

	2019	2018
IRPJ e CSLL	–	178
ICMS	413	615
IRRF	14	28
IOF	1.050	1.050
Outros	124	207
Total	1.601	2.078

14. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constitui saldo de provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas, no montante total de R$ 1.576. Essa constituição é composta de R$350 referente a causas cíveis e R$ 1.225 referente a causas trabalhistas. As ações trabalhistas classificadas como perda possível pelos assessores legais representam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 0 (R$3.950 em 2018), dentre as principais causas, causas de natureza trabalhistas, onde os reclamantes pleiteiam verbas adicionais, horas extras e demais encargos. A Companhia é parte passiva de nove causas cíveis com risco de perda possível que alcança R$ 23.289, cuja principais causas são as seguintes: i. Embargo de terceiros requerendo a suspensão parcial dos efeitos da ordem de arresto de sacas de soja, risco de perda possível calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 16.200. ii. Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela

continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado) **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.**

autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31.12.2019 no valor estimado de R$ 3.843. iii. Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R$ 3.246, classificados como risco possível de perda em 31.12.2019.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R$70.000 (R$70.000 em 2018) e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2019		2018	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Superbac Proteção Ambiental S.A.	6.949.838	76,52%	6.949.838	76,52%
Bio Gênesis Participações S.A.	2.132.131	23,48%	2.132.131	23,48%
Total	9.081.969	100%	9.081.969	100%

b) Reserva legal: Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. c) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei da Sociedade por Ações. Em função da ausência de lucro em 2019 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

16. Receita operacional líquida

	2019	2018
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	301.404	352.472
Vendas brutas de produtos no exterior	2.982	22.895
Prestação de serviços	–	28
Ajuste a valor presente	(6.078)	(15.640)
Impostos incidentes sobre vendas	(11.571)	(13.191)
Devoluções	(6.695)	(1.882)
Total	280.042	344.682

17. Demonstração dos custos e das despesas por natureza incluídos no resultado do exercício

	2019	2018
Mercadorias	(158.434)	(222.569)
Despesa com pessoal	(32.894)	(27.133)
Despesa com comissão	(1.745)	(12.661)
Despesa com veículos	(720)	(1.024)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.530)	(44.345)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(1.576)	–
Despesa com fretes	(13.349)	(8.082)
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	(8.865)	(4.408)
Despesa com manutenção	(8.734)	(9.946)
Depreciação e amortização	(3.775)	(3.696)
Despesa com serviços de terceiros	(33.141)	(16.344)
Outros	4.540	(20.354)
Total	(275.223)	(370.562)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(205.212)	(258.185)
Despesas com vendas	(38.277)	(66.947)
Despesas gerais e administrativas	(32.414)	(46.094)
Outras despesas, líquidas	680	664
Total	(275.223)	(370.562)

18. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras: Rendimentos de aplicação financeira	2.886	3.009
Juros recebidos	2.372	841
Ajuste a valor presente	–	9.123
Descontos obtidos	335	–
Derivativos (ganho)	1.270	545
Total	6.863	13.518
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.308)	(23.710)
Juros passivos	(2.959)	(6.545)
Remuneração com fiadores	(364)	(75)
Despesas bancárias	(2.545)	(3.878)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.243)	(1.524)
Descontos concedidos	(1.910)	(955)
Derivativos	(598)	(785)
Outras despesas financeiras	(737)	(696)
Total	(34.664)	(38.168)
Variação cambial: Ativa	4.006	4.229
Passiva	(7.608)	(4.158)
Variação cambial, líquida	(3.602)	71

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Diferidos: As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2019	2018
Ativo:		
Ajuste a valor presente	6.078	5.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	74.664	58.134
Total	80.742	63.511
Passivo:		
Provisão para comissões a pagar	–	5.816
Provisão para gratificações	–	4.394
Provisões contábeis	2.083	–
Provisão de contingências	1.576	–
Total	3.659	10.210
Base líquida dos impostos	84.401	73.721
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	28.696	25.065

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2019 e 2018. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.584)	(50.459)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9.040	17.156
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Outras diferenças permanentes devedoras	(842)	(368)
Outras diferenças permanentes credoras	1.615	1.043
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9.813	17.831
Correntes	6.182	(2.402)
Diferidos	3.631	20.233

20. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	2019 Valor contábil	2019 Valor justo	2018 Valor contábil	2018 Valor justo	Classificação categoria
Empréstimos e recebíveis:					
Caixa e equivalentes de caixa	17.728	17.728	15.397	15.397	Custo amortizado
Aplicações financeiras	52.728	52.728	65.130	65.130	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	110.137	110.137	150.513	150.513	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	13.325	13.325	17.562	17.562	Custo amortizado
Total	**193.918**	**193.918**	**248.602**	**248.602**	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	42.255	42.255	42.561	42.561	Custo amortizado
Cessão de fornecedores	–	–	10.046	10.046	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	63.293	63.293	65.167	65.167	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	261.658	261.658	213.863	213.863	Custo amortizado
Outras contas a pagar	2.083	2.083	9.409	9.409	Custo amortizado
Total	**369.289**	**369.289**	**341.046**	**341.046**	

Risco de crédito: A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos. Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Risco da taxa de juros:

Instrumento de taxa variável	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa - nota explicativa nº6	17.728	15.397
Aplicação financeira - nota explicativa nº7	52.728	65.130
Empréstimos	(261.658)	(48.727)
Total	(191.202)	31.800

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas prefixadas. Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US$) é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Fornecedores estrangeiros	10.343	9.743
Empréstimos e financiamentos	24.714	17.205
Exposição líquida	35.057	26.948

Análise de sensibilidade: A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R$70.456 e passivos financeiros no montante de R$ 140.824.

Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:		Cenário I	Cenário II
Operação	**2019**	**Alta 50%**	**Alta 25%**
Aplicações Financeiras	52.728	1.111	556
Análise dos passivos financeiros:		**Cenário I**	**Cenário II**
Indexador	**2019**	**50%**	**25%**
Pré/Selic/CDI	238.968	5.057	2.528
TJLP	62	2	1
Dólar	24.714	12.357	6.179
Total	263.744	17.415	8.708

Operações com instrumentos financeiros derivativos: As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeria. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

Operação	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM
SWAP	BRL	USD	Banco Bradesco	3.700	(115)
Total				3.700	(115)

21. Lucro líquido por ação (básico e diluído)	2019	2018
Prejuízo do exercício	(16.771)	(32.628)
Quantidade de ações	9.081.969	9.081.969
Prejuízo por ação (básico e diluído) - R$	(1,85)	(3,59)

22. Compromissos: A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores e instituições financeiras para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **23. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura era no montante de R$85.000 (R$52.253 em 2018) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura era no montante de R$ 20.000 (R$20.000 em 2018). **24. Eventos subsequentes:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das companhias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foi observado mudança relevantes no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

Diretoria

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Giuliano Pauli
Bernardo Zaramella Olsina
Mozart Soares Fogaça Júnior

Contador

Felipe Alves Teixeira - CRC SP-300919/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.** - Mandaguari - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Reconhecimento das receitas de vendas:* Conforme divulgado na nota 2.13, a Companhia reconhece as suas receitas de vendas, quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando ocorre a transferência do controle de um produto para um cliente. As receitas de vendas representam valores significativos e, em decorrência da logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos clientes da Companhia conforme definido pelo o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). Em função deste motivo, consideramos o reconhecimento das receitas de vendas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros, a realização de testes sobre transações de vendas realizados no final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação correta da política contábil de reconhecimento das receitas de vendas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de vendas, mencionado acima, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de abril de 2019, com uma opinião com ressalva decorrente da ausência de evidências para determinar eventuais contingências fiscais e previdenciárias. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 18 de junho de 2020. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** CRC-2SP034519/O-6; **Lazaro Angelim Serruya** - Contador - CRC - 1DF 015801/O-7.

56991/2020

www.imprensaoficial.pr.gov.br

saúde mental é caracterizado por sentimentos de preocupação, ansiedade ou medo que são fortes o bastante para interferir nas atividades diárias. "O que temos visto na clínica, é que as pessoas têm estado muito mais ansiosas[...]Varia muito de caso para caso, mas aqui na clínica o que nós temos visto é que a população está com a ansiedade totalmente elevada, desde crianças, até idosos. A depressão, a síndrome do pânico foram as outras que mais tiveram elevação em sua incidência". Quanto aos idosos, a psicóloga explica que o aumento de idosos ansiosos se dá devido a mudança brusca em suas rotinas, já que a maioria destes já tinham uma rotina específica para seu bem estar físico e mental, e também ao fato de que esse grupo foi o que mais precisou se isolar.

De acordo com a profissional os sintomas de um possível transtorno psicológico que podemos observar no outro são o isolamento por conta própria, quando alguém se afasta de seu grupo ou família, pessoas que deixam de atender o celular, que não respondem mais tanto no WhatsApp e que estão sempre indispostas sem razões aparentes; a tristeza é outro fator que deve ser analisado, pessoas que costumam estar alegres, divertidas, engraçadas ; e de repente estão quietas e deprimidas; a falta de apetite também é outro sintoma que deve ser assistido, tanto a falta dele, quanto a compulsão alimentar. "nós também podemos notar alguns sintomas mais peculiares em nós, como a sensação de "bolo" na garganta, que é uma sensação de ansiedade e a maioria das pessoas não percebem; a inquietação; pinicação e coceira nas extremidades e no couro cabeludo; oscilação na qualidade do sono, quando deixamos de dormir bem devido a insônia ou noites agitadas, ou até quando acontece o contrário, quando mesmo com um sono tranquilo, nós passamos o tempo todo cansados, desanimados, com vontade de ficar na cama", explica ela.

Em momentos como este, onde a presença de males mentais é óbvia, é necessário que todas as pessoas zelem pela sua saúde mental tanto quanto cuidam de sua saúde física. A primeira recomendação da psicóloga Mariane é conhecer a si mesmo. "Nós precisamos nos conhecer pra ver o que está ocorrendo conosco, para entender que às vezes esta tristeza que eu tenho sentido não é normal, ou que essa ansiedade que eu venho sentido não faz parte da minha vida, que os tremores e sudoreses que eu venho sentido não são coisas normais para mim, deste modo eu preciso me conhecer para notar que esta situação que está fora do meu controle está me causando coisas que não são normais para mim".

A seguir do autoconhecimento, ela aponta o ato de procurar ajuda, e muitas vezes quebrar em nós e na sociedade o "tabu" de que psicólogos e psiquiatras são para pessoas consideradas "doidas". "Num primeiro momento eu posso tentar resolver o que eu venho sentindo conversando com algum amigo ou familiar, alguém que eu confie. Caso isso não resolva meu problema, eu tenho que procurar um profissional". E por último ela ressalta a extrema importância de manter nossos costumes e os hábitos de nossa rotina dentro de nossa normalidade. "E para a prevenção de um possível transtorno, é importante que nós tentemos manter alguns de nossos hábitos mesmo com a pandemia. Como ver nossos amigos de modo virtual, fazer atividades físicas de acordo com o permitido em locais abertos, porém mantendo todas as medidas restritivas recomendadas. E manter um tempo para nós também é essencial, fazendo coisas que nos fazem bem".

A precaução pode começar antes mesmo de um possível sintoma, por isso jamais se esqueça que nós não estamos sozinhos, estamos passando por todo esse momento juntos. Neste momento fora do comum e intenso é completamente normal nos sentirmos tristes, assustados e/ou menos produtivos que o habitual. A pandemia e o distanciamento social geram diversas emoções que são difíceis de lidar. Novos sentimentos são esperados. Não se cobre para estar bem 100% do tempo. Não tente invalidar seus sentimentos e emoções, elas são importantes para o desenvolvimento de um ser humano e do jeito certo todos eles entrarão em um perfeito equilíbrio.

"Há quem diga que esse é o novo normal e que nós devemos nos adequar a ela. Porém isso não é comum, não é corriqueiro vermos tantas pessoas sofrendo, morrendo todos os dias. Então, nós precisamos nos adaptar por enquanto com as circunstâncias atuais, e se nós vermos que isso não passa, iremos ter que nos reinventar e criar novos hábitos que nos façam bem", alegou a profissional.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

CNPJ nº 02.599.378/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**47.089**	70.456
Contas a receber	5	**119.623**	110.137
Estoques	7	**35.939**	24.378
Tributos a recuperar	8	**21.327**	30.204
Instrumentos financeiros derivativos		**166**	372
Outros ativos		**4.319**	4.088
Total do ativo circulante		**228.463**	239.635
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	**6.393**	-
Partes relacionadas	6	**16.124**	13.325
Tributos a recuperar	8	**9.862**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	**31.315**	34.096
Outros ativos		**701**	-
Propriedade para investimento	9	**49.025**	1.063
Imobilizado	10	**154.972**	145.493
Intangível	11	**3.868**	6.578
Total do ativo não circulante		**272.260**	200.555
Total do ativo		**500.723**	440.190

Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	**39.437**	42.255
Empréstimos e financiamentos	13	**128.995**	165.811
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**2.491**	3.518
Obrigações tributárias	14	**642**	1.601
Adiantamento de clientes	15	**58.362**	7.507
Provisão para comissões a pagar		**549**	219
Instrumentos financeiros derivativos		**1.363**	486
Outras contas a pagar		**84**	1.597
Total do passivo circulante		**231.923**	222.994
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**92.469**	95.847
Partes relacionadas	6	**100.303**	63.293
Provisão de contingências	16	**1.927**	1.576
Total do passivo não circulante		**194.699**	160.716
Patrimônio líquido	17		
Capital social		**70.000**	70.000
Reserva de lucros		**10.088**	10.088
Prejuízos acumulados		**(5.987)**	(23.608)
Total do patrimônio líquido		**74.101**	56.480
Total do passivo e do patrimônio líquido		**500.723**	440.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional, líquida	18	**330.382**	280.042
Custo dos produtos vendidos	19	**(255.982)**	(205.212)
Lucro bruto		**74.400**	74.830
Despesas operacionais			
Com vendas	19	**(21.704)**	(38.277)
Gerais e administrativas	19	**(24.965)**	(32.414)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	**(204)**	680
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**27.527**	4.819
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	**34.336**	6.863
Despesas financeiras	20	**(31.236)**	(34.664)
Variação cambial líquida	20	**(8.784)**	(3.602)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**21.843**	(26.584)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	21	**(1.441)**	6.182
Diferidos	21	**(2.781)**	3.631
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**17.621**	(16.771)
Lucro (prejuízo) por ação - (básico e diluído) em R$	23	**1,94**	(1,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reservas de lucros Reserva especial para dividendos não distribuídos	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	70.000	2.464	5.547	2.077	(6.837)	73.251
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.771)	(16.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	70.000	2.464	5.547	2.077	(23.608)	56.480
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**17.621**	**17.621**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**70.000**	**2.464**	**5.547**	**2.077**	**(5.987)**	**74.101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**17.621**	(16.771)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**17.621**	(16.771)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**21.843**	(26.584)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	**8.915**	3.775
Baixa de ativos imobilizados e intangível	**4.766**	8.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(42.941)**	16.530
Perda por clientes incobráveis	**8.296**	-
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**351**	1.576
Rendimentos de aplicações financeiras	**(589)**	(2.886)
Instrumento financeiro - derivativos	**1.083**	372
Juros incorridos em negociação com imóveis	**(10.475)**	-
Ajuste a valor presente	**20.696**	6.078
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e mútuos	**18.969**	24.308
Outros	-	(1.833)
	30.914	30.196
(Aumento) redução de ativos:		
Contas a receber de clientes	**14.938**	17.768
Contas a receber de partes relacionadas	**(2.799)**	4.237
Estoques	**(11.561)**	6.677
Tributos a recuperar	**(1.535)**	(24.436)
Propriedades para investimentos	**(47.962)**	-
Outros ativos	**(344)**	21.217
Aumento (redução) de passivos:		
Fornecedores	**(2.818)**	(10.352)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**(1.027)**	237
Obrigações tributárias	**(1.850)**	4.126
Adiantamentos de clientes	**50.855**	(4.652)
Contas a pagar a partes relacionadas	**37.010**	(1.874)
Provisão para comissões a pagar	**330**	(5.762)
Outras contas a pagar	**(5.326)**	(8.901)
Caixa gerado pelas operações	**58.825**	28.481
Juros sobre financiamentos pagos	**(17.367)**	(40.513)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**41.458**	(12.032)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	**(20.450)**	(66.464)
Aplicações financeiras	**(6.393)**	2.886
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(26.843)**	(63.578)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	**146.952**	199.984
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	**(184.934)**	(132.948)
Baixa de dividendos	-	(1.497)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(37.982)**	65.539
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(23.367)**	(10.071)
Variação em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**70.456**	80.527
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**47.089**	70.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia") fundada no dia 15 de junho de 1998 é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. Em 2019 a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. com a finalidade de consolidação da marca SUPERBBAC. A Companhia é controlada pela Superbac Biotechnology Solutions S.A. A Companhia opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta. A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalisador de nutrição para o solo. Em 2018, a Companhia concluiu o investimento no CPBAC, laboratório com equipamentos de última geração, e reestruturou todo o seu time de pesquisa e desenvolvimento para manter o compromisso de desenvolver e trabalhar com as mais modernas tecnologias e potencializá-las para suprir a necessidade das lavouras e de seus clientes. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de abril de 2021. **1.1 Efeitos da COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram observadas mudanças relevantes no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Para fins de comparabilidade, os saldos mantidos de aplicações financeiras na modalidade CDB e fundos de investimentos referentes a 31 de dezembro de 2019 anteriormente classificados na rubrica de aplicações financeiras estão sendo reclassificados para caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, a administração efetuou reclassificações entre saldos circulantes e não circulantes nas rubricas de tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos. **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. **2.2. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atri-buíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.5. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.6. Estoques:** Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais. **2.7. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. *Depreciação:* As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Custos de pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment")** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data. **2.10. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). **2.11. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.12. Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real trimestral, com recolhimento trimestral. A tributação na forma de lucro real trimestral compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$60 no período de cada trimestre, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.13. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que beneficios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e/ou outras deduções similares. **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente

continua

de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.16. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida pode fontes oficiais. **2.17. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externo, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. Em caráter interino, a Administração apresenta os resultados da avaliação ao Conselho e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.18. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alteração no CPC 06 (R2) - Benefício relacionado à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não possuía contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que não foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de janeiro de 2020 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2) e sua atualização. Também, durante o exercício do 2020 não foram firmados contratos de arrendamentos que seriam as diretrizes do CPC06 (R2) - "Arrendamentos", o que determinaria o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que incluíria o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alteração no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material: As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das informações financeiras. Assim, a administração afirma que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IAS 1 e IAS 8	**Classificação de passivo circulante ou não circulante**
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais circunstâncias externas, internas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. b) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Banco conta movimento	**23.684**	17.728
Aplicações financeiras (a)	**18.105**	41.225
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	**5.158**	2.846
Fundos de investimento	**142**	8.657
Total	**47.089**	70.456

(a) Aplicações financeiras realizada na modalidade de renda fixa é mensurada pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 80% do CDI e liquidez imediata. (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de deposito bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2020 tiveram variações entre 97% a 100% (99% a 101% em 2019) e liquidez imediata. **4. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração de 100% em 2020 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	2020
Aplicação em cotas (a)	**6.393**
Total	**6.393**

(a) Aplicação realizada em quotas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI e sem liquidez imediata. Esta aplicação está vinculada a contratos de financiamentos firmado pela Companhia, não podendo ser resgatada até a amortização do referido financiamento. Dessa forma, este montante é classificado como um ativo não circulante.

5. Contas a receber: a) Composição:

	2020	2019
Clientes nacionais	**158.605**	190.879
Ajuste a valor presente	**(7.259)**	(6.078)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(31.723)**	(74.664)
Total	**119.623**	110.137

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento:

	2020	2019
A vencer	**123.507**	114.296
Vencidos:		
Até 30 dias	**994**	455
De 31 a 90 dias	**175**	621
De 91 a 180 dias	**2.815**	382
De 181 a 360 dias	**2.801**	17.443
Acima de 360 dias	**28.313**	57.682
Total	**158.605**	190.879

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.134)
(Constituição)/reversão	16.530
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(74.664)
(Constituição)/reversão	**(2.880)**
Perda por clientes incobráveis - nota 19	**8.296**
Reversão PCLD José Pupin (i)	**37.525**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(31.723)**

(i) Em junho de 2020 a Companhia finalizou as negociações do saldo credor do cliente, no montante de R$37.525, saldo este que estava alocado integralmente com a provisão de créditos de liquidação duvidosa e foi baixado mediante a formalização do acordo de negociação (Nota 19). Como quitação do saldo credor, a Companhia recebeu, em forma de pagamento, o imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada, por contratado independente, ao montante de R$48.027 (Nota 9), sendo R$37.525 referente ao saldo credor e R$10.475 referente a correção monetária (Nota 20). **6. Transações com partes relacionadas:** Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Créditos com partes relacionadas:	2020	2019
Superbac Biotecnology Solutions S.A. (a)	2.800	-
Bio Genesis Participações S.A. (b)	13.324	13.325
Total	16.124	13.325
Contas a pagar a partes relacionadas:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (c)	33.955	16.882
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (d)	25.064	24.551
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (e)	41.284	21.860
Total	100.303	63.293
Vendas brutas de produtos		
Rio Aguaray SRL	-	2.982
MBR Shopping	-	966
Total	-	3.948
Repasse de despesas intercompany:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (c)	17.073	16.882
Compras de matéria prima:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (d)	513	9.505
SB Participações e acionistas - pessoa físicas (f)	384	364

(a) Em 2020, a Companhia emitiu nota de crédito, no valor de R$2.8 milhões, contra Superbac Biotechnology referente ao repasse de valor de ganho de capital obtido pela controladora na alienação da SARUP Participações. Este saldo será compensado com operações intercompany futuras. (b) Refere-se a venda de produtos para empresas Bio Genesis, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. (c) Rateio de despesas realizado entre as companhias do grupo, principalmente relacionado a serviços de pesquisa e desenvolvimento. (d) Refere-se a compra de matéria-prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. (e) Refere-se a contratos mútuos adquiridos em 2020, no montante de R$16.5 milhões e 2019, no montante principal de R$21.6 milhões, atualizado pela taxa de 5,4% a.a. + variação da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023. (f) A Companhia contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R$384 em 2020 (R$364 em 2019), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é 4% sobre o montante total das captações efetuadas. Remuneração da administração: Durante os exercícios de 2020 a remuneração total dos membros da diretoria, incluindo todas as modalidades de remuneração, foi de R$1.611, registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

7. Estoques:

	2020	2019
Matéria-prima	**21.172**	16.865
Produtos em processo	**2.858**	920
Embalagens	**1.302**	1.348
Produto acabado	**5.156**	2.801
Material de consumo	**5.451**	2.444
	35.939	24.378

8. Tributos a recuperar:

	2020	2019
PIS e COFINS (a)	**22.645**	21.173
IRPJ e CSLL antecipação (b)	**7.523**	7.523
ICMS	-	621
IRRF sobre aplicação financeira	**1.021**	887
Total	**31.189**	30.204
Circulante	**21.327**	30.204
Não circulante	**9.862**	-

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo do crédito de tributos de IRPJ e CSLL de antecipação refere-se a valores recolhidos antecipadamente pela tributação lucro real estimativa em anos anteriores.

9. Propriedade para investimento:

	2020	2019
Imóveis destinados a venda	**48.985**	1.023
Outros	**40**	40
Total	**49.025**	1.063

Movimentação dos imóveis destinados a venda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.976
Adições	-
Baixa	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.063
Adições	**48.027**
Baixa	**(65)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**49.025**

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas. A Administração está envidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por *"impairment"* a serem reconhecidas no exercício. Em junho de 2020 a Companhia recebeu, como forma de pagamento de saldo credor do cliente José Pupin, a posse do imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada no valor de R$48.027. A propriedade está localizada no município de Tangara da Serra-MT e está à disposição da Controlada para futuras negociações. Para maiores detalhes, vide Nota 5.

10. Imobilizado:

	2019						2020
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	-	-	-	**4.801**
Edifícios	4%	61.315	-	**1.166**	-	**(2.467)**	**60.014**
Máquinas e equipamentos	12%	37.367	**456**	**14.554**	**(918)**	**(5.246)**	**46.213**
Veículos	20%	1.445	**34**	**32**	-	**(523)**	**988**
Móveis e utensílios	12%	745	**84**	**22**	-	**(121)**	**730**
Instalações	10%	976	**238**	**1.422**	**(55)**	**(121)**	**2.460**
Ferramentas	15%	49	-	**(22)**	-	**(27)**	-
Equipamentos de informática	20%	841	**56**	**146**	-	**(328)**	**715**
Imobilizado em andamento (a)		33.758	**19.004**	**(12.109)**	**(1.607)**	-	**39.046**
Máquinas e Equipamentos arrendados		4.196	-	**(4.196)**	-	-	-
Ativos em Comodato		-	**5**	-	-	-	**5**
Saldo final		145.493	**19.877**	**1.015**	**(2.580)**	**(8.833)**	**154.972**

(a) A Companhia possui projetos de instalações em andamento que consistem em ampliações e melhorias de linhas de produção, estrutura para armazenamento de produtos e toda a estrutura da Biofábrica com projeção para conclusão em dezembro de 2022.

	2018						2019
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	3.051	1.750	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	4.581		56.919	-	(185)	61.315
Máquinas e equipamentos	12%	19.294	15.618	5.333	(50)	(2.828)	37.367
Veículos	20%	1.337	505	-	(127)	(270)	1.445
Móveis e utensílios	12%	687	160	-	(13)	(89)	745
Instalações	10%	1.003	80	-	-	(107)	976
Ferramentas	15%	59	-	-	(2)	(8)	49
Equipamentos de informática	30%	814	319	-	(4)	(288)	841
Imobilizado em andamento		67.376	28.597	(62.252)	-	-	33.758
Adiantamento a fornecedores		-	6.148	-	(6.148)	-	-
Máquinas e Equipamentos arrendados		-	4.196	-	-	-	4.196
Saldo final		98.202	57.373	-	(6.344)	(3.775)	145.493

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental.

11. Intangível:

	2019						2020
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Amortização	Líquido
Software	20%	37	**23**	**329**	-	**(82)**	**307**
Desenvolvimento de produtos		6.541	**550**	**(1.344)**	**(2.186)**	-	**3.561**
Saldo final		6.578	**573**	**(1.015)**	**(2.186)**	**(82)**	**3.868**

	2018						2019
	Taxas anuais	Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Amortização	Líquido
Software	20%	-	37	-	-	-	37
Inova agro		-	1.336	(1.336)	-	-	-
Desenvolvimento de produtos		40	7.718	-	(1.217)	-	6.541
Saldo final		40	9.091	-	(2.553)	-	6.578

12. Fornecedores: Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde em média 85 dias de prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2020 (77 dias de prazo médio em 2019).

	2020	2019
Fornecedores nacionais	**28.673**	31.911
Fornecedores estrangeiros	**10.764**	10.344
Total	**39.437**	42.255

13. Empréstimos e financiamentos:

	Taxa de juros anual	2020	2019
Debênture (a)	5,77%	**71.675**	78.751
Capital de giro (b)	6,49% a 15,11%	**116.336**	140.824
Finame (c)	5,50% a 21,25%	**869**	1.781
BNDES (d)	5,14% a 7,66%	**11.504**	14.223
Leasing	16,46%	**5.096**	4.442
Empréstimos Internacionais (e)	1,55% a 4,10%	**12.043**	24.714
Desconto de duplicatas	0,78% a 1,15%	**7.755**	-
Custo com captação		**(3.814)**	(3.077)
		221.464	261.658
Circulante		**128.995**	165.811
Não circulante		**92.469**	95.847
		221.464	261.658

a) Debênture: Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R$100.000, e remuneração de 5,77%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures foram destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	Total
Debêntures	36.175	21.500	14.000	71.675

b) Capital de giro: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio. A Companhia possui CDC (Crédito Direto ao Consumidor-Veículos) no valor de R$525 e CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R$115.811. Sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Total
Capital de Giro	71.697	29.515	14.789	335	116.336

c) FINAME: Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas pré-fixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	Total
FINAME	590	279	869

d) Projeto Inova Agro - BNDES: Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
BNDES	2.839	2.810	2.810	2.810	235	**11.504**

e) Empréstimos e Financiamentos Internacionais: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade de FINIMP, no valor de R$12.043, têm por objetivo o financiamento de operações de compra de matéria prima de fornecedores internacionais e demais necessidades de capital de giro. Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	Total
Empréstimos e Financiamentos internacionais	**12.043**	12.043

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	213.863
Captações	199.984
Juros incorridos - nota 20	24.308
Amortização principal	(132.948)
Pagamento de juros	(40.153)
Outros	(3.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	261.658
Captações	**146.962**
Juros incorridos - nota 20	**18.969**
Amortização principal	**(184.934)**
Pagamento de juros	**(17.367)**
Custo com captação	**(3.814)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**221.464**

Garantias: As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis no montante de R$101.059 (R$97.784 em 2019). Cláusulas contratuais restritivas - ("covenants"): Em 31 de dezembro de 2020, o contrato de financiamento classificado como Debênture (item (a)) estava sujeito a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras. A Companhia obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da segunda emissão, conforme descritos acima, que foi concedido através de ata registrada em 03 de dezembro de 2020.

14. Obrigações tributárias:

	2020	2019
ICMS a pagar	**408**	413
IRRF a pagar	-	14
IOF a pagar	-	1.050
Outros	**234**	124
Total	**642**	1.601

15. Adiantamento de clientes: O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 e de R$58.632 (R$7.507 em 31 de dezembro de 2019) e refere-se as antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho até dezembro, encerando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante entrega dos produtos.

16. Provisão para contingências:

	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adição	350	1.225	1.576
Reversão	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	350	1.225	1.576
Adição	**756**	**846**	**1.602**
Reversão	-	**(1.251)**	**(1.251)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.106**	**821**	**1.927**

A Companhia é parte passiva de 5 causas (9 causas em 31 de dezembro de 2019) cíveis com risco de perda possível que alcança R$6.747 (R$7.089 em 31 de dezembro de 2019), cuja principais causas são as seguintes: (i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2020 no valor estimado de R$4.005 (R$3.843 em 31 de dezembro de 2019). (ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R$2.742 (R$3.246 em 31 de dezembro de 2019), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2020. **17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R$70.000 e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	**Ações**	**%**
Superbac Proteção Ambiental S.A.	6.949.838	76,52%
Bio Gênesis Participações S.A.	2.132.131	23,48%
Total	9.081.969	100%

b) Reserva legal: Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia aproprria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. c) Reserva de lucro: O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a "reserva de lucros", que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. d) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei Bda Sociedade por Ações. Em função da ausência de lucro acumulado em 2020 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

18. Receita operacional líquida:

	2020	2019
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	**350.850**	295.326
Vendas brutas de produtos no exterior	-	2.982
Impostos incidentes sobre vendas	**(12.133)**	(11.571)
Devoluções	**(8.335)**	(6.695)
Total	**330.382**	280.042

continua

19. Demonstração dos custos e das despesas por natureza incluídos no resultado do exercício:

	2020	2019
Mercadorias	(201.351)	(158.434)
Despesa com serviços de terceiros	(39.161)	(33.141)
Despesa com pessoal	(30.648)	(32.894)
Despesa com fretes	(24.394)	(13.349)
Despesa com comissão	(14.814)	(1.745)
Despesa com manutenção	(12.069)	(8.734)
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	(10.213)	(8.865)
Depreciação e amortização	(8.915)	(3.775)
Perda por Clientes Incobráveis - nota 5	(8.296)	-
Despesa com veículos	(476)	(720)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(351)	(1.576)
Reversão/(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	42.941	(16.530)
Outros	4.892	4.540
Total	(302.855)	(275.223)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(255.982)	(205.212)
Despesas com vendas	(21.704)	(38.277)
Despesas gerais e administrativas	(24.965)	(32.414)
Outras receitas (despesas), líquidas	(204)	680
Total	(302.855)	(275.223)

20. Resultado financeiro:

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicação financeira	589	2.886
Juros recebidos	469	2.372
Juros incorridos em negociação com imóveis - nota 5	10.475	-
Ajuste a valor presente	19.515	-
Descontos obtidos	672	335
Derivativos (ganho)	2.616	1.270
Total	34.336	6.863
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos - nota 13	(18.969)	(24.308)
Juros passivos	(1.288)	(2.959)
Remuneração com fiadores	(329)	(364)
Despesas bancárias	(3.384)	(2.545)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.650)	(1.243)
Descontos concedidos	(3.098)	(1.910)
Derivativos	(2.468)	(598)
Outras despesas financeiras	(50)	(737)
Total	(31.236)	(34.664)
Variação cambial:		
Ativa	3.323	4.006
Passiva	(12.107)	(7.608)
Variação cambial, líquida	(8.784)	(3.602)

21. Imposto de renda e contribuição social: a) Diferidos: As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	16.833	5.400
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.786	25.386
Ajuste a valor presente	2.468	2.066
Provisão para contingências	655	536
Outros	573	708
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	31.315	34.096

b) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	Adição	Baixa	2020	Impacto resultado
IR diferido ativo	34.096	11.433	(14.214)	31.315	(2.781)

Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia prevê que o imposto de renda e contribuição social diferido ativo se realizará em até 5 anos. c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2020 e 2019. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.843	(26.584)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(7.427)	9.040
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Compensação de prejuízo fiscal	(202)	-
Outras diferenças permanentes devedoras	-	(842)
Outras diferenças permanentes credoras	3.407	1.615
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.222)	9.813
Correntes	(1.441)	6.182
Diferidos	(2.781)	3.631
Total	(4.222)	9.813
Alíquota efetiva	19,33%	36,91%

22. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Empréstimos e recebíveis:	2020 Valor contábil	2020 Valor justo	2019 Valor contábil	2019 Valor justo	Classificação categoria
Equivalentes de caixa e aplicação financeira	47.809	47.809	70.456	70.456	Custo amortizado
Aplicações financeiras	6.393	6.393	-	-	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	119.623	119.623	110.137	110.137	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	16.124	16.124	13.325	13.325	Custo amortizado
Total	189.229	189.229	193.918	193.918	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	39.437	39.437	42.255	42.255	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	100.303	100.303	63.293	63.293	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	221.464	221.464	261.658	261.658	Custo amortizado
Outras contas a pagar	1.447	1.447	2.083	2.083	Custo amortizado
Total	362.651	362.651	369.289	369.289	

Risco de crédito: A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos. Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco da taxa de juros:

	2020	2019
Instrumento de taxa variável		
Equivalentes de Caixa e Aplicação financeira - nota explicativa nº3 e 4	53.472	70.456
Empréstimos - nota explicativa nº13	(221.464)	(261.658)
Total	(167.982)	(191.202)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas pré-fixadas. Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US$) é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Fornecedores estrangeiros	10.764	10.343
Empréstimos e financiamentos	12.043	24.714
Exposição líquida	22.807	35.057

Análise de sensibilidade: A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R$11.693 e passivos financeiros no montante de R$212.239.

Análise de caixa e equivalentes de caixa

Operação	2020	Cenário I Alta 50%	Cenário II Alta 25%
Aplicações Financeiras	70.456	1.898	952

Análise dos passivos financeiros:

Indexador	2020	Cenário I 50%	Cenário II 25%
CDI	212.239	2.860	1.430
TJLP	996	22	11
Dólar	12.043	6.022	3.011
Total	225.278	8.904	4.452

Operações com instrumentos financeiros derivativos: As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeria. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

Operação	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM
NDF	BRL	USD	Banco Brasil	1.310	(231)
NDF	BRL	USD	Banco Itaú	1.191	(465)
NDF	BRL	USD	Banco CCB	4.953	(500)
SWAP	PRÉ	CDI	Banco ABC	1.758	(1)
Total				9.212	(1.197)

23. Lucro líquido por ação (básico e diluído):

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.621	(16.771)
Quantidade de ações	9.081.969	9.081.969
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) - R$	1,94	(1,85)

24. Seguros: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura é no montante de R$100.000 (R$85.000 em 2019) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura é no montante de R$50.000 (R$20.000 em 2019). **25. Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2021, a Companhia efetuou a renegociação do montante de R$9.132 referente ao CCB captado junto ao Banco do Brasil que venceriam em 2021 para vencimento em 2024.

Diretoria

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Giuliano Pauli
Bernardo Zaramella Olsina
Mozart Soares Fogaça Júnior

Contador

Felipe Alves Teixeira - CRC SP-300919/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.** - Mandaguari - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento das receitas de vendas:** Conforme divulgado na nota 2.14, a Companhia reconhece as suas receitas de vendas, quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando ocorre a transferência do controle de um produto para um cliente. As receitas de vendas representam valores significativos e, em decorrência da logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos clientes da Companhia conforme definido pelo o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). Em função deste motivo, consideramos o reconhecimento das receitas de vendas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros, a realização de testes sobre transações de vendas realizados no final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação correta da política contábil de reconhecimento das receitas de vendas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de vendas, mencionado acima, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tinham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 16 de abril de 2021. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP034519/O-6; **Wallace Weberling Pereira** - Contador - CRC-1SP230870/O-9.

Da Redação

Heliponto

O serviço aeromédico do Samu deve contar em breve com um heliponto em Mandaguari, ou seja, um ponto específico para que o helicóptero do órgão possa transportar pacientes em casos de urgência para a região.

Local

O heliponto está sendo instalado no pátio de máquinas do município, a 100 metros do Pronto Atendimento Municipal (PAM).

Solidariedade

A Igreja Metodista de Mandaguari está promovendo sua tradicional Campanha do Agasalho. Estão sendo arrecadadas roupas e cobertores.

Roupas masculinas

A maior procura é por roupas masculinas em bom estado, além dos cobertores e mantas para pessoas em situação de rua.

Arrecadação

A arrecadação das peças ocorre na sede da Metodista, na Rua Rufino Maciel, Centro, até o dia 6 de junho.

Reforço

Jandaia do Sul anunciou nesta semana um reforço para a equipe médica do município. O cardiologista Reinaldo Fernandes Camara Junior passa a atender semanalmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Melhorias

Nesta semana começou também a reforma da UBS Wilson Nogueira, no distrito São José. Até que a unidade seja reaberta os pacientes serão atendidos temporariamente no Salão Paroquial do Distrito.

Bombeiros

Enquanto o quartel do Corpo de Bombeiros de Mandaguari passa por reforma, a corporação está com outro número de telefone, já que o 193 está temporariamente inativo. A população pode ligar no (44) 99103-0987. Também é possível ligar diretamente para o SAMU no 192 ou na Polícia Militar 190.

Vacinação

7.394 mandaguarienses já receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19. Outros 3.831 receberam a segunda dose da imunização. Os dados são da Secretaria de Estado da Saúde, atualizados na sexta-feira (21).

Tchau e "bença"

Na última terça-feira (18), vereadores que participavam da reunião com gestores da Saúde em Mandaguari deixaram o encontro. Os parlamentares alegam que não foram ouvidos.

Sem atendimento

O Cisamusep deixou de atender pacientes de Mandaguari nesta semana. O motivo seria uma pendência financeira do município com o consórcio.

SUPERBAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.
CNPJ nº 02.599.378/0001-89
ERRATA

Nas demonstrações financeiras publicadas neste jornal em que consta o nome de Bernardo Zaramella Olsina como Diretor entenda-se Wilson Ernesto da Silva.

PROJUDI - Processo: 0003794-35.2019.8.16.0101 - Ref. mov. 76.1
Assinado digitalmente por Leticia Lilian Kirschnick Seyr:17329
01/05/2021: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: EDITAL

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JANDAIA DO SUL-PR
1ª VARA JUDICIAL
SECRETARIA CÍVEL E ANEXOS
Rua Plácido Caldas, 536-Jandaia do Sul(PR)
Toany Marvin Santos - Chefe de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO LINCOLN GERALDO MORETI, inscrito no **CPF 635.160.719-15**, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
A DOUTORA LETÍCIA LILIAN KIRSCHNICK SEYR, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE JANDAIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (TRINTA) dias, que por este Juízo e Secretaria tramitam os autos nº. **0003794-35.2019.8.16.0101**, de **AÇÃO MONITÓRIA**, em que é requerente **BANCO BRADESCO S/A**, e requerido **LINCOLN GERALDO MORETI**, pelo presente **CITA** o requerido **LINCOLN GERALDO MORETI**, inscrito no **CPF 635.160.719-15**, de todo o teor da petição inicial para que pague, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de **R$ 224.337,94**, referente **concessão de crédito bancário (N.I. 3380829), junto a Agência nº 68, conta 123263, no valor de R$ 82.370,00, e que atualizado até setembro/2019 perfaz o valor de R$ 224.337,94 (duzentos e vinte e quatro mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos)**, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, corrigido e acrescido de juros legais e demais cominações legais, ou, ainda, querendo, dentro desse mesmo prazo, oferecer embargos, ficando ciente de que se não forem oferecidos embargos no prazo de 15 (quinze) dias, o mandado de citação se converterá em mandado executivo (art. 701,§2º do CPC), para, conforme o caso, pagamento de quantia certa, entrega de bem móvel devidamente especificado na inicial, ou entrega de coisa fungível. Em virtude do que mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei.
PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).
E para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, aos **27/04/2021**.
Eu, Cleber Fabricio Ril Raimundo, Técnico Judiciário, do que digitei e subscrevi.

LETÍCIA LILIAN KIRSCHNICK SEYR
Juíza de Direito

38 | 2ª feira | 03/Mai/2021 - Edição nº 10924

Diário OFICIAL Paraná
Comércio. Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

CNPJ nº 02.599.378/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**47.089**	70.456
Contas a receber	5	**119.623**	110.137
Estoques	7	**35.939**	24.378
Tributos a recuperar	8	**21.327**	30.204
Instrumentos financeiros derivativos		**166**	372
Outros ativos		**4.319**	4.088
Total do ativo circulante		**228.463**	239.635
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	**6.393**	–
Partes relacionadas	6	**16.124**	13.325
Tributos a recuperar	8	**9.862**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	**31.315**	34.096
Outros ativos		**701**	–
Propriedade para investimento	9	**49.025**	1.063
Imobilizado	10	**154.972**	145.493
Intangível	11	**3.868**	6.578
Total do ativo não circulante		**272.260**	200.555
Total do ativo		**500.723**	440.190

Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	**39.437**	42.255
Empréstimos e financiamentos	13	**128.995**	165.811
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**2.491**	3.518
Obrigações tributárias	14	**642**	1.601
Adiantamento de clientes	15	**58.362**	7.507
Provisão para comissões a pagar		**549**	219
Instrumentos financeiros derivativos		**1.363**	486
Outras contas a pagar		**84**	1.597
Total do passivo circulante		**231.923**	222.994
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**92.469**	95.847
Partes relacionadas	6	**100.303**	63.293
Provisão de contingências	16	**1.927**	1.576
Total do passivo não circulante		**194.699**	160.716
Patrimônio líquido	17		
Capital social		**70.000**	70.000
Reserva de lucros		**10.088**	10.088
Prejuízos acumulados		**(5.987)**	(23.608)
Total do patrimônio líquido		**74.101**	56.480
Total do passivo e do patrimônio líquido		**500.723**	440.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional, líquida	18	**330.382**	280.042
Custo dos produtos vendidos	19	**(255.982)**	(205.212)
Lucro bruto		**74.400**	74.830
Despesas operacionais			
Com vendas	19	**(21.704)**	(38.277)
Gerais e administrativas	19	**(24.965)**	(32.414)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	**(204)**	680
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**27.527**	4.819
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	**34.336**	6.863
Despesas financeiras	20	**(31.236)**	(34.664)
Variação cambial líquida	20	**(8.784)**	(3.602)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**21.843**	(26.584)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	21	**(1.441)**	6.182
Diferidos	21	**(2.781)**	3.631
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**17.621**	(16.771)
Lucro (prejuízo) por ação - (básico e diluído) em R$	23	**1,94**	(1,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reservas de lucros: Reserva especial para dividendos não distribuídos	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	70.000	2.464	5.547	2.077	(6.837)	73.251
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(16.771)	(16.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	70.000	2.464	5.547	2.077	(23.608)	56.480
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**17.621**	**17.621**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**70.000**	**2.464**	**5.547**	**2.077**	**(5.987)**	**74.101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**17.621**	(16.771)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**17.621**	(16.771)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**21.843**	(26.584)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	**8.915**	3.775
Baixa de ativos imobilizados e intangível	**4.766**	8.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(42.941)**	16.530
Perda por clientes incobráveis	**8.296**	–
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**351**	1.576
Rendimentos de aplicações financeiras	**(589)**	(2.886)
Instrumento financeiro - derivativos	**1.083**	372
Juros incorridos em negociação com imóveis	**(10.475)**	–
Ajuste a valor presente	**20.696**	6.078
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e mútuos	**18.969**	24.308
Outros	–	(1.833)
	30.914	30.196
(Aumento) redução de ativos:		
Contas a receber de clientes	**14.938**	17.768
Contas a receber de partes relacionadas	**(2.799)**	4.237
Estoques	**(11.561)**	6.677
Tributos a recuperar	**(1.535)**	(24.436)
Propriedades para investimentos	**(47.962)**	–
Outros ativos	**(344)**	21.217
Aumento (redução) de passivos:		
Fornecedores	**(2.818)**	(10.352)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**(1.027)**	237
Obrigações tributárias	**(1.850)**	4.126
Adiantamentos de clientes	**50.855**	(4.652)
Contas a pagar a partes relacionadas	**37.010**	(1.874)
Provisão para comissões a pagar	**330**	(5.762)
Outras contas a pagar	**(5.326)**	(8.901)
Caixa gerado pelas operações	**58.825**	28.481
Juros sobre financiamentos pagos	**(17.367)**	(40.513)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**41.458**	(12.032)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	**(20.450)**	(66.464)
Aplicações financeiras	**(6.393)**	2.886
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(26.843)**	(63.578)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	**146.952**	199.984
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	**(184.934)**	(132.948)
Baixa de dividendos	–	(1.497)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(37.982)**	65.539
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(23.367)**	(10.071)
Variação em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**70.456**	80.527
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**47.089**	70.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia") fundada no dia 15 de junho de 1998 é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. Em 2019 a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. com a finalidade de consolidação da marca SUPERRBAC. A Companhia é controlada pela Superbac Biotechnology Solutions S.A. A Companhia opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta. A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalisador de nutrição para o solo. Em 2018, a Companhia concluiu o investimento no CPBAC, laboratório com equipamentos de última geração, e reestruturou todo o seu time de pesquisa e desenvolvimento para manter o compromisso de desenvolver e trabalhar com as mais modernas tecnologias e potencializá-las para suprir a necessidade das lavouras e de seus clientes. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de abril de 2021. **1.1 Efeitos da COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram observadas mudanças relevantes no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Para fins de comparabilidade, os saldos mantidos de aplicações financeiras na modalidade CDB e fundos de investimentos referentes a 31 de dezembro de 2019 anteriormente classificados na rubrica de aplicações financeiras estão sendo reclassificados para caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, a administração efetuou reclassificações entre saldos circulantes e não circulantes nas rubricas de tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos. **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. **2.2. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Instrumentos financeiros:** Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período. ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.5. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.6. Estoques:** Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais. **2.7. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. *Depreciação:* As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Custos de pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda: • Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment")** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data. **2.10. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). **2.11. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os

continua →

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado) **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.**

riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.12. Imposto de renda e contribuição social:** Tributos correntes: A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real trimestral, com recolhimento trimestral. A tributação na forma de lucro real trimestral compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$60 no período de cada trimestre, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.13. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e/ou outras deduções similares. **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.16. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. **2.17. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externo, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. Em caráter interino, a Administração apresenta os resultados da avaliação ao Conselho e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.18. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alteração no CPC 06 (R2) - Benefício relacionado à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não possuía contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que não foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de janeiro de 2020 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2) e sua atualização. Também, durante o exercício de 2020 não foram firmados contratos de arrendamentos que seguiriam as diretrizes do CPC06 (R2) - "Arrendamentos", o que determinaria o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que incluiria o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alteração no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material: As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das informações financeiras. Assim, a administração afirma que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IAS 1 e IAS 8	Classificação de passivo circulante ou não circulante
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. b) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Banco conta movimento	**23.684**	17.728
Aplicações financeiras (a)	**18.105**	41.225
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	**5.158**	2.846
Fundos de investimento	**142**	8.657
Total	**47.089**	70.456

(a) Aplicações financeiras realizada na modalidade de renda fixa é mensurada pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 80% do CDI e liquidez imediata. (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de deposito bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2020 tiveram variações entre 97% a 100% (99% a 101% em 2019) e liquidez imediata.

4. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração de 100% em 2020 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	2020
Aplicação em cotas (a)	**6.393**
Total	**6.393**

(a) Aplicação realizada em quotas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI e sem liquidez imediata. Esta aplicação está vinculada a contratos de financiamentos firmado pela Companhia, não podendo ser resgatada até a amortização do referido financiamento. Dessa forma, este montante é classificado como um ativo não circulante. **5. Contas a receber:** a) Composição:

	2020	2019
Clientes nacionais	**158.605**	190.879
Ajuste a valor presente	**(7.259)**	(6.078)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(31.723)**	(74.664)
Total	**119.623**	110.137

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento:

	2020	2019
A vencer	**123.507**	114.296
Vencidos:		
Até 30 dias	**994**	455
De 31 a 90 dias	**175**	621
De 91 a 180 dias	**2.815**	382
De 181 a 360 dias	**2.801**	17.443
Acima de 360 dias	**28.313**	57.682
Total	**158.605**	190.879

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.134)
(Constituição)/reversão	16.530
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(74.664)
(Constituição)/reversão	**(2.880)**
Perda por clientes incobráveis - nota 19	**8.296**
Reversão PCLD José Pupin (i)	**37.525**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(31.723)**

(i) Em junho de 2020 a Companhia finalizou as negociações do saldo credor do cliente, no montante de R$37.525, saldo este que estava alocado integralmente com a provisão de créditos de liquidação duvidosa e foi baixado mediante a formalização do acordo de negociação (Nota 19). Como quitação do saldo credor, a Companhia recebeu, em forma de pagamento, o imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada, por contratado independente, ao montante de R$48.027 (Nota 9), sendo R$37.525 referente ao saldo credor e R$10.475 referente a correção monetária (Nota 20).

6. Transações com partes relacionadas: Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Créditos com partes relacionadas:	2020	2019
Superbac Biotecnology Solutions S.A. (a)	2.800	–
Bio Genesis Participações S.A. (b)	13.324	13.325
Total	16.124	13.325
Contas a pagar a partes relacionadas:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (c)	33.955	16.882
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (d)	25.064	24.551
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (e)	41.284	21.860
Total	100.303	63.293
Vendas brutas de produtos		
Rio Aguaray SRL	–	2.982
MBR Shopping	–	966
Total	–	3.948
Repasse de despesas intercompany:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (c)	17.073	16.882
Compras de matéria prima:		
Superbac Biotechnology Solutions S.A. (d)	513	9.505
SB Participações e acionistas - pessoa físicas (f)	384	364

(a) Em 2020, a Companhia emitiu nota de crédito, no valor de R$2.8 milhões, contra Superbac Biotechnology referente ao repasse de valor de ganho de capital obtido pela controladora na alienação da SARUP Participações. Este saldo será compensado com operações intercompany futuras. (b) Refere-se a venda de produtos para empresas Bio Genesis, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. (c) Rateio de despesas realizado entre as companhias do grupo, principalmente relacionado a serviços de pesquisa e desenvolvimento. (d) Refere-se a compra de matéria-prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. (e) Refere-se a contratos mútuos adquiridos em 2020, no montante de R$16.5 milhões e 2019, no montante principal de R$21.6 milhões, atualizado pela taxa de 5,4% a.a. + variação da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023. (f) A Companhia contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R$384 em 2020 (R$364 em 2019), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é 4% sobre o montante total das captações efetuadas. Remuneração da administração: Durante os exercícios de 2020 a remuneração total dos membros da diretoria, incluindo todas as modalidades de remuneração, foi de R$1.611, registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

7. Estoques:	2020	2019
Matéria-prima	**21.172**	16.865
Produtos em processo	**2.858**	920
Embalagens	**1.302**	1.348
Produto acabado	**5.156**	2.801
Material de consumo	**5.451**	2.444
	35.939	24.378

8. Tributos a recuperar:	2020	2019
PIS e COFINS (a)	**22.645**	21.173
IRPJ e CSLL antecipação (b)	**7.523**	7.523
ICMS	**–**	621
IRRF sobre aplicação financeira	**1.021**	887
Total	**31.189**	30.204
Circulante	**21.327**	30.204
Não circulante	**9.862**	–

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo do crédito de tributos de IRPJ e CSLL de antecipação refere-se a valores recolhidos antecipadamente pela tributação lucro real estimativa em anos anteriores.

9. Propriedade para investimento:	2020	2019
Imóveis destinados a venda	**48.985**	1.023
Outros	**40**	40
Total	**49.025**	1.063

Movimentação dos imóveis destinados a venda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.976
Adições	–
Baixa	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.063
Adições	**48.027**
Baixa	**(65)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**49.025**

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas. A Administração está envidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por *"impairment"* a serem reconhecidas no exercício. Em junho de 2020 a Companhia recebeu, como forma de pagamento de saldo credor do cliente José Pupin, a posse do imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada no valor de R$48.027. A propriedade está localizada no município de Tangara da Serra-MT e está à disposição da Controlada para futuras negociações. Para maiores detalhes, vide Nota 5.

10. Imobilizado:

	Taxas anuais	2019 Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Depreciação	2020 Líquido
Terrenos	–	4.801	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.801**
Edifícios	4%	61.315	**–**	**1.166**	**–**	**(2.467)**	**60.014**
Máquinas e equipamentos	12%	37.367	**456**	**14.554**	**(918)**	**(5.246)**	**46.213**
Veículos	20%	1.445	**34**	**32**	**–**	**(523)**	**988**
Móveis e utensílios	12%	745	**84**	**22**	**–**	**(121)**	**730**
Instalações	10%	976	**238**	**1.422**	**(55)**	**(121)**	**2.460**
Ferramentas	15%	49	**–**	**(22)**	**–**	**(27)**	**–**
Equipamentos de informática	20%	841	**56**	**146**	**–**	**(328)**	**715**
Imobilizado em andamento (a)		33.758	**19.004**	**(12.109)**	**(1.607)**	**–**	**39.046**
Máquinas e Equipamentos arrendados		4.196	**–**	**(4.196)**	**–**	**–**	**–**
Ativos em Comodato		**5**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5**
Saldo final		145.493	**19.877**	**1.015**	**(2.580)**	**(8.833)**	**154.972**

(a) A Companhia possui projetos de instalações em andamento que consistem em ampliações e melhorias de linhas de produção, estrutura para armazenamento de produtos e toda a estrutura da Biofábrica com projeção para conclusão em dezembro de 2022.

	Taxas anuais	2018 Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Depreciação	2019 Líquido
Terrenos	–	3.051	1.750	–	–		4.801
Edifícios	4%	4.581		56.919	–	(185)	61.315
Máquinas e equipamentos	12%	19.294	15.618	5.333	(50)	(2.828)	37.367
Veículos	20%	1.337	505	–	(127)	(270)	1.445
Móveis e utensílios	12%	687	160	–	(13)	(89)	745
Instalações	10%	1.003	80	–	–	(107)	976
Ferramentas	15%	59	–	–	(2)	(8)	49
Equipamentos de informática	30%	814	319	–	(4)	(288)	841
Imobilizado em andamento		67.376	28.597	(62.252)	–	–	33.758
Adiantamento a fornecedores		–	6.148	–	(6.148)	–	–
Máquinas e Equipamentos arrendados		–	4.196	–	–	–	4.196
Saldo final		98.202	57.373	–	(6.344)	(3.775)	145.493

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuia bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental.

11. Intangível:

	Taxas anuais	2019 Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Amortização	2020 Líquido
Software	20%	37	**23**	**329**	**–**	**(82)**	**307**
Desenvolvimento de produtos		6.541	**550**	**(1.344)**	**(2.186)**	**–**	**3.561**
Saldo final		6.578	**573**	**(1.015)**	**(2.186)**	**(82)**	**3.868**

	Taxas anuais	2018 Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Amortização	2019 Líquido
Software	20%	–	37	–	–	–	37
Inova agro		–	1.336	(1.336)	–	–	–
Desenvolvimento de produtos		40	7.718	–	(1.217)	–	6.541
Saldo final		40	9.091	–	(2.553)	–	6.578

12. Fornecedores: Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde em média 85 dias de prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2020 (77 dias de prazo médio em 2019).

	2020	2019
Fornecedores nacionais	**28.673**	31.911
Fornecedores estrangeiros	**10.764**	10.344
Total	**39.437**	42.255

13. Empréstimos e financiamentos:	Taxa de juros anual	2020	2019
Debênture (a)	5,77%	**71.675**	78.751
Capital de giro (b)	6,49% a 15,11%	**116.336**	140.824
Finame (c)	5,50% a 21,25%	**869**	1.781
BNDES (d)	5,14% a 7,66%	**11.504**	14.223
Leasing	16,46%	**5.096**	4.442
Empréstimos Internacionais (e)	1,55% a 4,10%	**12.043**	24.714
Desconto de duplicatas	0,78% a 1,15%	**7.755**	–
Custo com captação		**(3.814)**	(3.077)
		221.464	261.658
Circulante		**128.995**	165.811
Não circulante		**92.469**	95.847
		221.464	261.658

a) Debênture: Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2° (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R$100.000, e remuneração de 5,77%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures foram destinados a liquidação antecipada de

continua

40 | 2ª feira | 03/Mai/2021 - Edição nº 10924

Diário OFICIAL Paraná
Comércio. Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado) **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.**

instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	Total
Debêntures	36.175	21.500	14.000	71.675

b) Capital de giro: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio. A Companhia possui CDC (Crédito Direto ao Consumidor-Veículos) no valor de R$525 e CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R$115.811. Sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Total
Capital de Giro	71.697	29.515	14.789	335	116.336

c) FINAME: Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas pré-fixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	Total
FINAME	590	279	869

d) Projeto Inova Agro - BNDES: Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
BNDES	2.839	2.810	2.810	2.810	235	**11.504**

e) Empréstimos e Financiamentos Internacionais: Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade de FINIMP, no valor de R$12.043, têm por objetivo o financiamento de operações de compra de matéria prima de fornecedores internacionais e demais necessidades de capital de giro. Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2021	Total
Empréstimos e Financiamentos internacionais	**12.043**	12.043

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	213.863
Captações	199.984
Juros incorridos - nota 20	24.308
Amortização principal	(132.948)
Pagamento de juros	(40.153)
Outros	(3.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	261.658
Captações	**146.952**
Juros incorridos - nota 20	**18.969**
Amortização principal	**(184.934)**
Pagamento de juros	**(17.367)**
Custo com captação	**(3.814)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**221.464**

Garantias: As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis no montante de R$101.059 (R$97.784 em 2019). Cláusulas contratuais restritivas - ("covenants"): Em 31 de dezembro de 2020, o contrato de financiamento classificado como Debênture (item (a)) estava sujeito a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras. A Companhia obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da segunda emissão, conforme descritos acima, que foi concedido através de ata registrada em 03 de dezembro de 2020.

14. Obrigações tributárias:

	2020	2019
ICMS a pagar	**408**	413
IRRF a pagar	**–**	14
IOF a pagar	**–**	1.050
Outros	**234**	124
Total	**642**	1.601

15. Adiantamento de clientes: O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 é de R$58.632 (R$7.507 em 31 de dezembro de 2019) e refere-se as antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho até dezembro, encerrando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante entrega dos produtos.

16. Provisão para contingências:	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	–	–	–
Adição	350	1.225	1.576
Reversão	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	350	1.225	1.576
Adição	**756**	**846**	**1.602**
Reversão	**–**	**(1.251)**	**(1.251)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.106**	**821**	**1.927**

A Companhia é parte passiva de 5 causas (9 causas em 31 de dezembro de 2019) cíveis com risco de perda possível que alcança R$6.747 (R$7.089 em 31 de dezembro de 2019), cuja principais causas são as seguintes: (i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2020 no valor estimado de R$4.005 (R$3.843 em 31 de dezembro de 2019). (ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R$2.742 (R$3.246 em 31 de dezembro de 2019), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2020. **17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R$70.000 e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Ações	%
Superbac Proteção Ambiental S.A.	6.949.838	76,52%
Bio Gênesis Participações S.A.	2.132.131	23,48%
Total	9.081.969	100%

b) Reserva legal: Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. c) Reserva de lucro: O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a "reserva de lucros", que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. d) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei da Sociedade por Ações. Em função da ausência de lucro acumulado em 2020 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

18. Receita operacional líquida:	2020	2019
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	**350.850**	295.326
Vendas brutas de produtos no exterior	**–**	2.982
Impostos incidentes sobre vendas	**(12.133)**	(11.571)
Devoluções	**(8.335)**	(6.695)
Total	**330.382**	280.042

19. Demonstração dos custos e das despesas por natureza incluídos no resultado do exercício:	2020	2019
Mercadorias	**(201.351)**	(158.434)
Despesa com serviços de terceiros	**(39.161)**	(33.141)
Despesa com pessoal	**(30.648)**	(32.894)
Despesa com fretes	**(24.394)**	(13.349)
Despesa com comissão	**(14.814)**	(1.745)
Despesa com manutenção	**(12.069)**	(8.734)
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	**(10.213)**	(8.865)
Depreciação e amortização	**(8.915)**	(3.775)
Perda por Clientes Incobráveis - nota 5	**(8.296)**	–
Despesa com veículos	**(476)**	(720)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	**(351)**	(1.576)
Reversão/(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	**42.941**	(16.530)
Outros	**4.892**	4.540
Total	**(302.855)**	(275.223)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	**(255.982)**	(205.212)
Despesas com vendas	**(21.704)**	(38.277)
Despesas gerais e administrativas	**(24.965)**	(32.414)
Outras receitas (despesas), líquidas	**(204)**	680
Total	**(302.855)**	(275.223)

20. Resultado financeiro:	2020	2019
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicação financeira	**589**	2.886
Juros recebidos	**469**	2.372
Juros incorridos em negociação com imóveis - nota 5	**10.475**	–
Ajuste a valor presente	**19.515**	–
Descontos obtidos	**672**	335
Derivativos (ganho)	**2.616**	1.270
Total	**34.336**	6.863
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos - nota 13	**(18.969)**	(24.308)
Juros passivos	**(1.288)**	(2.959)
Remuneração com fiadores	**(329)**	(364)
Despesas bancárias	**(3.384)**	(2.545)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	**(1.650)**	(1.243)
Descontos concedidos	**(3.098)**	(1.910)
Derivativos	**(2.468)**	(598)
Outras despesas financeiras	**(50)**	(737)
Total	**(31.236)**	(34.664)
Variação cambial:		
Ativa	**3.323**	4.006
Passiva	**(12.107)**	(7.608)
Variação cambial, líquida	**(8.784)**	(3.602)

21. Imposto de renda e contribuição social: a) Diferidos: As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	**16.833**	5.400
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**10.786**	25.386
Ajuste a valor presente	**2.468**	2.066
Provisão para contingências	**655**	536
Outros	**573**	708
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	**31.315**	34.096

b) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	Adição	Baixa	2020	Impacto resultado
IR diferido ativo	34.096	**11.433**	**(14.214)**	**31.315**	(2.781)

Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia prevê que o imposto de renda e contribuição social diferido ativo se realizará em até 5 anos. c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2020 e 2019. A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**21.843**	(26.584)
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(7.427)**	9.040
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Compensação de prejuízo fiscal	**(202)**	–
Outras diferenças permanentes devedoras	**–**	(842)
Outras diferenças permanentes credoras	**3.407**	1.615
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(4.222)**	9.813
Correntes	**(1.441)**	6.182
Diferidos	**(2.781)**	3.631
Total	**(4.222)**	9.813
Alíquota efetiva	**19,33%**	36,91%

22. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	2020 Valor contábil	2020 Valor justo	2019 Valor contábil	2019 Valor justo	Classificação categoria
Empréstimos e recebíveis:					
Equivalentes de caixa e aplicação financeira	**47.809**	47.809	**70.456**	70.456	Custo amortizado
Aplicações financeiras	**6.393**	6.393	**–**	–	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	**119.623**	119.623	**110.137**	110.137	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	**16.124**	16.124	**13.325**	13.325	Custo amortizado
Total	**189.229**	189.229	**193.918**	193.918	
Outros passivos financeiros:					
Fornecedores	**39.437**	39.437	**42.255**	42.255	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	**100.303**	100.303	**63.293**	63.293	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	**221.464**	221.464	**261.658**	261.658	Custo amortizado
Outras contas a pagar	**1.447**	1.447	**2.083**	2.083	Custo amortizado
Total	**362.651**	362.651	**369.289**	369.289	

Risco de crédito: A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos. Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Risco da taxa de juros:

	2020	2019
Instrumento de taxa variável		
Equivalentes de Caixa e Aplicação financeira - nota explicativa n°3 e 4	**53.472**	70.456
Empréstimos - nota explicativa n°13	**(221.464)**	(261.658)
Total	**(167.982)**	(191.202)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas pré-fixadas. Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US$) é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Fornecedores estrangeiros	**10.764**	10.343
Empréstimos e financiamentos	**12.043**	24.714
Exposição líquida	**22.807**	35.057

Análise de sensibilidade: A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R$11.693 e passivos financeiros no montante de R$212.239. Análise de caixa e equivalentes de caixa

Operação	2020	Cenário I Alta 50%	Cenário II Alta 25%
Aplicações Financeiras	**70.456**	1.898	952

Análise dos passivos financeiros:

Indexador	2020	Cenário I 50%	Cenário II 25%
CDI	**212.239**	2.860	1.430
TJLP	**996**	22	11
Dólar	**12.043**	6.022	3.011
Total	**225.278**	8.904	4.452

Operações com instrumentos financeiros derivativos: As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeria. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

Operação	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM
NDF	BRL	USD	Banco Brasil	1.310	(231)
NDF	BRL	USD	Banco Itaú	1.191	(465)
NDF	BRL	USD	Banco CCB	4.953	(500)
SWAP	PRÉ	CDI	Banco ABC	1.758	(1)
Total				9.212	(1.197)

23. Lucro líquido por ação (básico e diluído):	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**17.621**	(16.771)
Quantidade de ações	**9.081.969**	9.081.969
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) - R$	**1,94**	(1,85)

24. Seguros: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuí seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura é no montante de R$100.000 (R$85.000 em 2019) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura é no montante de R$50.000 (R$20.000 em 2019). **25. Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2021, a Companhia efetuou a renegociação do montante de R$9.132 referente ao CCB captado junto ao Banco do Brasil que venceriam em 2021 para vencimento em 2024.

Diretoria

Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho
Giuliano Pauli
Bernardo Zaramella Olsina
Mozart Soares Fogaça Júnior

Contador

Felipe Alves Teixeira - CRC SP-300919/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.** - Mandaguari - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento das receitas de vendas:** Conforme divulgado na nota 2.14, a Companhia reconhece as suas receitas de vendas, quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando ocorre a transferência do controle de um produto para um cliente. As receitas de vendas representam valores significativos e, em decorrência da logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos clientes da Companhia conforme definido pelo o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). Em função deste motivo, consideramos o reconhecimento das receitas de vendas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros, a realização de testes sobre transações de vendas realizados no final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação correta da política contábil de reconhecimento das receitas de vendas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de vendas, mencionado acima, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tinham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 16 de abril de 2021. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP034519/O-6; **Wallace Weberling Pereira** - Contador - CRC-1SP230870/O-9.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

A INSIGHT SERVICOS ELECTROMECANICOS LTDA. torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Simplificada para Licença Ambiental Simplificada a ser implantada Rua José Gasparini, n 175 D, Cambé-PR.

90632/2021

LIMEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
CNPJ/MF Nº 75.045.120/0001-04
NIRE 4130004447-3
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores acionistas da **LIMEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A**, convidados para participarem no dia 31 (trinta e um) do mês de maio do ano 2.021 (dois mil e vinte e um), às 15:00 (quinze horas), de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange, CEP 80.040-265, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) Eleição da Diretoria da Companhia; (ii) Consolidação do Estatuto Social.

Curitiba, 17 de maio de 2.021.

CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA

90441/2021

SUPERBAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.
CNPJ nº 02.599.378/0001-89
ERRATA

Nas demonstrações financeiras publicadas neste jornal em que consta o nome de Bernardo Zaramella Olsina como Diretor entenda-se Wilson Ernesto da Silva.

91222/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

MADEIREIRA VITORIA LTDA, CNPJ 05.967.390/0001-97 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Jaguariaiva, a Renovação da Licença de Operação para serraria com desdobramento de madeiras e comercio atacadista de madeiras e produtos derivados instalada R Rovilio Christianetti, 537, Distr Indl Ary Fanchin, em Jaguariaiva, Paraná.

91027/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

MADEIREIRA VITORIA LTDA, CNPJ 05.967.390/0001-97 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para serraria com desdobramento de madeiras e comercio atacadista de madeiras e produtos derivados instalada R Rovilio Christianetti, 537, Distr Indl Ary Fanchin, em Jaguariaiva, Paraná.

91025/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

Maurão Recuperadora de Cabeçotes LTDA, CNPJ: 01.733.156/0001-44 torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Cascavel, a Licença Simplificada para recuperadora de cabeçotes (LAS n 4702, válida até: 31/05/2021) a ser implantada Rua Presidente Bernardes, n 3278, Cancelli, Cascavel, Estado do Paraná.

90955/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

Maurão Recuperadora de Cabeçotes LTDA, CNPJ: 01.733.156/0001-44 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença Simplificada para recuperadora de cabeçotes implantada Rua Presidente Bernardes, n 3278, Cancelli, Cascavel, Estado do Paraná.

91073/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

FELIPE CORDEIRO TRACZ MOVEIS torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais, a Licença Simplificada para fabricacao de moveis com predominancia em metal a ser implantada na Rua Treze de Maio, n 474, Estancia Pinhais, Pinhais, Parana. N 49-2019.

91024/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

FELIPE CORDEIRO TRACZ PADRONIZACOES E BLINDAGENS torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais, a Licença Simplificada para fabricacao de moveis com predominancia em metal a ser implantada na Rua Treze de Maio, n 474, Estancia Pinhais, Pinhais, Parana.

91026/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

OURO VERDE COLETA DE RESIDUOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 34.553.841/0001-48 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Instalação para Autoclave e Transportadora de residuos perigosos (classe I) (LICENCA N 214223 VALIDADE 18/12/2024) a ser implantada Avenida Renato Festugato, 788, LOT IND - Domiciliano Theobaldo Bresolin - CASCAVEL/PR.

90914/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

POSTO ACAPULCO DE CASCAVEL LTDA CNPJ N 79.033.619/0001-52 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, CONVENIENCIA E TROCA DE OLEO LICENCA N 35083 (VALIDADE 04/07/2021) instalada Rua Jorge Lacerda, 386 - Centro - Cascavel/PR.

89280/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

POSTO DE GASOLINA DO LAGO LTDA CNPJ N 80.282.759/0001-43 torna público que recebeu do IAT, a Renovação da Licença de Operação para COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, CONVENIENCIA E TROCA DE OLEO LICENCA N 22623 VALIDADE 14/03/2020 instalada AVENIDA BRASIL, 1161 - CENTRO - SANTA HELENA/PR.

89275/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

POSTO ACAPULCO DE CASCAVEL LTDA CNPJ N 79.033.619/0001-52 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, CONVENIENCIA E TROCA DE OLEO instalada Rua Jorge Lacerda, 386 - Centro - Cascavel/PR.

89284/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

POSTO DE GASOLINA DO LAGO LTDA CNPJ N 80.282.759/0001-43 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, CONVENIENCIA E TROCA DE OLEO instalada AVENIDA BRASIL, 1161 - CENTRO - SANTA HELENA/PR.

89278/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

MPR Comércio de Papeis e Recicláveis LTDA - ME, CNPJ: 07.119.958/0001-45 torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Simplificada para atividade de transporte de resíduos não perigosos (classe II) a ser implantada na rua lobélia, Nº 1220, Parque Industrial, CEP: 87065-310, Maringá/PR.

91035/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Novartis Biociencias S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para fabricacao de medicamentos de uso humano a ser implantada R. Antonio Rasteiro Filho,1920, Bl A Sala RM214;Bl P areas 200;Bl E area parcial 000, Pq Ind. Jose Garcia Gimenes,Cambe/PR.

90585/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Pedreira Campina Grande do Sul Ltda torna público que irá requerer ao IAT, a Licença de Instalação para extracao e beneficiamento de gnaisse e saibro a ser implantada em Campina Grande do Sul / PR, poligonal ANM 826.439/2018, sito a rodovia BR116, km 58 mais 60 metros, sentido sul.

90938/2021

AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A empresa PITANGA ENERGIA SPE LTDA CGH SANTO ANTÔNIO I, CNPJ 39.648.889/0001-53 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para corte de4,3939 m de vegetação no CGH Santo Antônio I, Rio Borboleta Abaixo, SN, Zona Rural, Município de Pitanga-PR.

90546/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

SUL BRASIL INDUSTRIAL LTDA torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de (CASCAVEL-PR, a Licença Simplificada para FABRICAÇÃO DE LETRAS , LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS a ser implantada (AV. ROCHA POMBO 344, TERREO UNIDADE 03, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, NA CIDADE DE CASCAVEL-PR.

91281/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

E.E.KOVALCZUK EIRELI CNPJ 05.086.773/0001-56 torna público que recebeu do IAT, a Renovação da Licença de Operação para Comércio Varejista de Combustiveis RLO Nº169380-R1 Validade 30/09/2021 instalada Rua Marcelino Medeiros, Nº 607 - Centro na cidade de Mariluz - PR.

87907/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

E.E.KOVALCZUK EIRELI CNPJ 05.086.773/0001-56 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para Comércio Varejista de Combustiveis RLO Nº169380-R1 Validade 30/09/2021 instalada Rua Marcelino Medeiros, Nº 607 - Centro na cidade de Mariluz - PR.

87911/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Margem Companhia de Mineracao, CNPJ 06.635.659/0001-09 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para Coprocessamento de residuos instalada na rua Januario Plaster Tranin,s/n, Vila Carumbe, Adrianopolis/PR.

91030/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

ARCELINA MARIA CHAPARINI - CNPJ 14.277.207/0001-12 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Instalação para extração de basalto, com validade para dia 26/04/2023, a ser implantada no imóvel denominada como Linha Santa Cruz, Esquina Céu Azul, Santa Helena/PR.

90977/2021

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, RAFAELA AMARANTE GOMES, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 80337, inscrito no CPF n° 06630781996, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
06630781996	80337	RAFAELA AMARANTE GOMES